

A photograph of a woman with blonde hair, wearing a grey coat, holding a brown teddy bear. The scene is dimly lit with a blueish tint. The woman's face is partially visible in profile, looking down at the bear. The bear is being held with both hands. In the bottom left corner, there is a large, stylized blue graphic element that looks like a number '7' or a similar shape.

Amani Zoghbi

**Trauma, Discurso
e Heterogeneidade
*Tempo-Enunciativa***

Um Percurso por
Testemunhos de
Filhos da Ditadura
Civil-Militar
Brasileira

Trauma, Discurso e Heterogeneidade *Tempo*-Enunciativa
Um Percurso por Testemunhos de *Filhos* da
Ditadura Civil-Militar Brasileira



Amani Zoghbi

**Trauma, Discurso e Heterogeneidade *Tempo*-Enunciativa
Um Percurso por Testemunhos de *Filhos* da
Ditadura Civil-Militar Brasileira**



Copyright © Amani Zoghbi

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Amani Zoghbi

Trauma, discurso e heterogeneidade *tempo*-enunciativa: um percurso por testemunhos de *filhos* da ditadura civil-militar brasileira. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 76p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2031-4 [Digital]

1. Análise de Discurso. 2. Trauma. 3. Testemunho. 4. Heterogeneidade Enunciativa. I. Título.

CDD – 410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

*Às crianças da Palestina, do Congo, da
Síria, da Maré, na esperança de que o
horror, o extermínio e a limpeza étnica
jamais lhes sejam familiares.*

APRESENTAÇÃO

Este trabalho, em formato ensaístico, vincula-se à *análise de discurso materialista*, e tem como objetivo, mobilizando a *literatura de testemunho* e noções de *heterogeneidade enunciativa*, investigar a possibilidade de um funcionamento próprio de heterogeneidade no discurso testemunhal. A pesquisa reflete, em um primeiro momento, *quem narra* quando uma testemunha se propõe a narrar um relato traumático. Se haveria um embate entre uma criança em quem se inscreveu o trauma, um adulto que se apresenta às mesas de uma comissão, ou um coletivo de *filhos da ditadura* que fala por uma ou por múltiplas causas, entre tantos outros possíveis embates. A investigação, que desloca seu olhar à materialidade linguística, ao que emerge pelo equívoco, pelo *non-sense*, pela *falha*, gira em torno de dezoito depoimentos do Seminário Verdade e Infância Roubada, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva, destinado a ouvir depoimentos de filhos de militantes políticos atingidos pela repressão. O processo de análise sobre o *corpus* é realizado mediante um gesto de *leitura-trituração*, produzindo extrações, recortes e aproximações de sequências discursivas, enunciados e marcas linguísticas que nos aproximem daquilo que suspeitamos ser estruturante. Para pensar a heterogeneidade enunciativa em funcionamento testemunhal, este trabalho propõe uma articulação importante com noções de *temporalidade*, construindo, analítica e teoricamente, uma concepção de *heterogeneidade tempo-enunciativa*. Para isso, a pesquisa se ampara principalmente a obras como *A Imagem-Tempo*, de Gilles Deleuze, *After the Last Sky: Palestinian Lives*, de Edward Said, e o curta-metragem *La Jetée*, de Chris Marker.

SUMÁRIO

1.	O PESADELO DA HISTÓRIA: UM PRELÚDIO	11
2.	UMA TRAVESSIA TEÓRICA.....	15
	I. AS ESTRUTURAS NÃO DESCEM ÀS RUAS.....	15
	II. SEMPRE, SOB AS PALAVRAS, OUTRAS PALAVRAS SÃO DITAS.....	22
	III. A CADA LINHA, A CADA PALAVRA, A LÍNGUA ME FALTA	25
3.	INFÂNCIAS MARGINAIS.....	33
	I. POR QUE VOCÊ É TÃO TRISTINHA?	37
	II. A MINHA EXISTÊNCIA É A CAUSA DE UM POVO.....	40
	III. OS MEUS PAIS SÃO HERÓIS.....	48
4.	HETEROGENEIDADE TEMPO-ENUNCIATIVA.....	53
5.	MÁRTIRES DO TEMPO.....	67
6.	REFERÊNCIAS.....	71

1. O PESADELO DA HISTÓRIA: UM PRELÚDIO

Em *Ulysses*, Joyce afirma, nos dizeres de Stephen Dedalus, que a *história* é o pesadelo do qual tenta acordar. Walter Benjamin, anos depois, pouco antes de ser suicidado pelo regime nazista, inaugura, em condições trágicas, um conjunto visionário e alheio ao passar dos anos de preciosas teses sobre um tal conceito de *história*. Ao apontar a monopolização burguesa da *memória*, Benjamin contempla em nossos documentos sobretudo o terror: se nunca há um documento de nossa cultura que não seja, assim, ao mesmo tempo, um documento da barbárie, há, entre nós, também, um *inimigo* que nunca cessa de vencer e de se inscrever. Esta constatação tardia tem continuamente nos encaminhado para um rompimento com uma política do dizer, que, durante boa parte de nossa travessia (enquanto espécie, sociedade, Estado, civilização), ofereceu às vítimas da *história* somente as sombras do não-dito.

Neste percurso, e em nosso próprio presente, visualizamos um *inimigo* que nem sempre exige “inscrições de que construiu uma pirâmide com a cabeça de inimigos mortos, ou que mandou cobrir as muralhas de Nínive com peles escorchadas” (Candido, 2011, p. 173). O inimigo, aqui, ecoa pelas vias do horror, da impunidade e do conformismo que se impõem como *normas históricas*. Um inimigo que arranca de nossas tradições, e dos *documentos da história*, a polifonia que lhes é própria. Em sua sexta tese, Benjamin, refletindo sobre este inimigo que não cessa de vencer, afirma que “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança” se este inimigo for vitorioso (1985, p. 224-225). A vitória, aqui, é não somente a eliminação, o extermínio, o epistemicídio, mas também (e sobretudo) a persistência de um silenciamento sobre a *memória*.

Memória, enquanto vocábulo e unidade lexical, transita convencionalmente por abordagens biologizantes, como mera

propriedade psíquica de registro e depósito de informações, e o *esquecimento*, por sua vez, como falha ou anomalia. Nossas capacidades de construção e recordação (individuais e coletivas) operariam simplesmente como virtudes fisiológicas. Distantemente destas noções dicionarizadas, nossas memórias entranham-se constantemente em um sistema de uso, desuso e elaboração, consciente ou inconscientemente. Recordar, individual ou coletivamente, ainda que inconscientemente, é um lembrar ativo: exige *esclarecimento* sobre passado e sobre presente, sobre o que se ausenta e o que se presentifica.

Este trabalho, que se ampara a testemunhos de *filhos* da ditadura civil-militar¹ brasileira, compreende este episódio como um dos piores marcos de uma travessia nacional historicamente amparada em esquecimento, em amnésia institucional. Às custas de uma reconciliação extorquida, o Brasil, diferentemente do Chile e da Argentina, foi o único país que não exigiu de seus militares sequer um pedido de perdão (Kehl, 2010). Das chamadas que anualmente consomem nossos museus, arquivos e acervos, deflagra-se, junto ao fogo, o fracasso do Brasil em gerir sua memória - continuamente renegada aos porões da anistia, às valas comuns de conciliação macabra entre torturados e torturadores. Percorrer as ciladas de um trauma (em sua dimensão individual, coletiva, política) implica historicizá-lo pública e socialmente, concedê-lo espaço nos locais de celebração da memória, e escuta

¹ A escolha pelo termo “civil-militar”, inclusive no título deste trabalho, toma em consideração o apoio de setores conservadores e de partes da classe média brasileira ao golpe militar, realizado em 1964, contra o até então presidente João Goulart (Lara & Da Silva, 2015). O termo “empresarial-militar” também tem ganhado força na medida em que deflagra o apoio ao regime militar de empresários ligados aos setores industriais, bancários e do agronegócio, que temiam um cenário de maior radicalização política diante das reformas de base propostas por Goulart. Esses setores contribuíram diretamente para a repressão política, e foram ativamente beneficiados durante o chamado “Milagre Econômico”, principalmente pela manutenção de baixos salários entre as classes trabalhadoras, pela repressão violenta a movimentos sindicalistas e pela concessão de incentivos fiscais e crédito facilitado a grandes empresas.

entre os divãs da justiça. Hoje, quase sessenta anos após o golpe militar que destituiu João Goulart, a ditadura civil-militar brasileira segue um segredo de Estado, ancorado em fraude e impunidade.

Entre o *real* e o testemunho não há estabilidade, linearidade ou univocidade. Há horror, falha, *non-sense*. Há “um resto irrepresentável, algo que resiste à simbolização mas que não cessa de não retornar” (Mariani; Magalhães, 2011, p. 28). Neste entremeio, subjaz o *equivoco*, que “aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (Gadet; Pêcheux, 2010, p. 64). Aqui, nosso dispositivo teórico-analítico organiza seu funcionamento, pelas vias do inconsciente e da ideologia, a partir daquilo que se revela materialmente. Há produções teóricas relevantes em torno das materialidades que constituem e atravessam uma testemunha, mas pouco é escrito e questionando sobre a testemunha que materialmente se inscreve na língua, e *como* se inscreve. *Quem*, aliás, se inscreve? A partir de quais *vozes* se inscreve?

Os objetivos que se constroem neste trabalho assumem duas vias importantes. Se, antes de tudo, a pesquisa se lança sobre testemunhos que deflagram a tragédia individual (e coletiva) imposta às vítimas da ditadura civil-militar (que, aqui, compreendemos, junto à escravidão e aos genocídios contínuos de populações negras e originárias, como um *trauma fundador* da nação brasileira), entende-se, neste gesto, uma tentativa de contribuição teórica, social e política para um dos eventos basilares da formação de nosso país e de nossa sociedade — um evento que segue institucionalmente sob ameaças revisionistas. Por uma segunda via, a pesquisa busca produzir, a partir da Análise de Discurso, um efeito de teorização para a Literatura de Testemunho, lançando interrogações sobre o que, nela, ainda é tomado como auto-evidente: a voz da própria testemunha.

Se a Dedalus é difícil despertar do pesadelo da história, aos *filhos* da ditadura, que atravessam as mesas da Comissão da Verdade uma hora como *crianças feridas* da ditadura, outrora como

adultos ainda *injustiçados* da ditadura, o pesadelo, aos trilhos da impunidade e de não-respostas, opera em uma dimensão irredutível do *tempo*. É o passado que se presentifica — contraditoriamente — em lampejo e persistência, e que, tantas vezes, sequer se permite ser percebido como passado. É o tempo enquanto representação imaginária, suspenso, cedido às agonias do trauma. A cada capítulo, as projeções imaginárias no dizer nos direcionam não apenas para dúvidas sobre o *Eu*, sobre a polifonia, sobre a heterogeneidade enunciativa, mas nos escancaram lacunas sobre nossas próprias compreensões de tempo.

2. UMA TRAVESSIA TEÓRICA

I. AS ESTRUTURAS NÃO DESCEM ÀS RUAS

Em maio de 1968, protestos irromperam por diferentes setores da sociedade francesa, lançando à luz denúncias e reivindicações, e contestando valores e modelos julgados incompatíveis com os novos tempos. Nos muros de Paris e nas lousas da velha Sorbonne, o alerta de que *les structures ne descendent pas dans la rue* anunciava o despertar destes novos tempos. Nas Ciências Humanas e Sociais, havia uma demanda por mudanças, uma superação das dicotomias excludentes que constituíam o objeto teórico de uma certa linguística estruturalista². O que estava nas ruas (o sujeito, a história, a ideologia) havia sido negado por uma linguística stricto sensu, que buscava somente regularidade, homogeneidade, unidade e objetividade (Fernandes; Vinhas, 2019). A instituição da linguística como *ciência piloto*, a partir da publicação do Curso de Linguística Geral (1916), produziu o que Haroche, Henry e Pêcheux ([1971] 2008, p. 25) vieram a chamar de *mito de uma ciência universal*. Pêcheux, nesta linha, passou a propor, criticamente, novas sustentações para os estudos linguísticos. Era fundamental fincar

² *Maio de 68* é um acontecimento complexo, de difíceis conclusões e diagnósticos. Após a conferência *Qu'est-ce qu'un auteur?*, de Michel Foucault, na Sociedade Francesa de Filosofia, o psicanalista Jacques Lacan e o sociólogo marxista Lucien Goldmann se encontraram e protagonizaram um diálogo importante. Goldmann, para o qual a História opera não por *estruturas* mas por indivíduos politicamente engajados, dirigiu-se ironicamente a Lacan: “Eram os sujeitos que estavam na rua!”. O psicanalista retrucou: “Meu caro Goldmann, se há alguma coisa que revela a importância dos acontecimentos de *Maio* é precisamente a invasão da rua pelas estruturas” (Dosse, 1993, p. 147). Este episódio ainda nos proporciona múltiplas reflexões, mas é perceptível, na posição de Lacan, um autor reconhecidamente filiado à escola estruturalista, um interesse na subversão do sujeito pela via do *significante* (Ferreira; Rosa, 2021), conceito que ocupa local central na concepção lacaniana de um inconsciente estruturado como linguagem, como será explorado mais adiante.

às suas teorias a completa indissociabilidade entre discurso e exterioridade: a língua jamais deveria ser separada da história e da ideologia, visto que são estas que determinam a constituição dos sentidos e das subjetividades.

À Análise de Discurso (doravante, em alguns momentos, AD), não convém necessariamente olhar para a materialidade linguística para extrair dela uma pintura do tecido sócio-histórico no qual um objeto simbólico se insere. Caberia à AD, na verdade, pensar a manifestação da ideologia sobre este determinado objeto (enunciado, texto, fragmento musical, pintura). O discurso opera como local de encontro entre língua e ideologia, e em seu interior se manifesta a materialidade linguística, intransponível, opaca e impregnada de historicidade. Estas pontuações permitem a nós iniciarmos uma compreensão básica de que em Análise de Discurso não há uma relação direta do sujeito com a exterioridade. Essa relação atravessa determinadas condições de produção do dizer. O indivíduo não inventa uma nova língua quando nasce, mas se insere em processos discursivos que já estão instalados na sociedade, submetendo-se à língua, e, assim, subjetivando-se (Orlandi, 2007). Pensar a constituição do dizer e de nossas próprias subjetividades perpassa compreender algumas rupturas preciosas encaminhadas por Pêcheux, que promoveram fraturas importantes na fronteira imaginária entre *interioridade* e *exterioridade*.

Em *Da Subjetividade na Linguagem* ([1966] 2005, p. 286), Benveniste é categórico ao afirmar que é na (e pela) linguagem que o homem se constitui enquanto sujeito, oferecendo à subjetividade um valor linguístico. Seria através do pronome *eu* que o sujeito, diante de um *tu*, designaria a consciência de si. Pêcheux, por outro lado, é profundamente crítico à maneira como as teorias da enunciação se submetem à ilusão de evidências subjetivas, ao ideal de que o sujeito seria mestre de si próprio, insubstituível, idêntico a si mesmo (Orlandi, 2007). Aqui, identificamos uma ruptura significativa para a Análise de Discurso. Mais especificamente, visualizamos aquilo que Pêcheux entende como *esquecimentos estruturantes*. O primeiro esquecimento se ampara à ilusão de que

o sujeito — atravessado inevitavelmente pela *ideologia*³, visto que ela o interpela, assujeitando-o — seria a origem de seu dizer. O sujeito se sente autônomo em relação à sua fala, crê ser onipotente quanto ao seu discurso, quando, em efeito, apenas retoma sentidos já pré-existentes. O que dizemos e escutamos é “sempre atravessado por algo que já foi dito, atravessado por um discurso anterior. O discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, e são convocados por sua letra, sua materialidade” (Henry, 2017, online).

O segundo esquecimento, que se configura sobretudo na instância da enunciação, refere-se à ilusão referencial de que haveria uma relação direta entre língua, mundo e pensamento, ao entendimento de que o dizer é reflexo fiel daquilo que o sujeito julga serem suas intenções, ou daquilo que crê ser o sentido-alvo do jogo de sentidos que mobiliza. A AD nos alerta ao fundamento basilar de que um sentido está sempre suscetível a ser outro, negando, na linguagem, qualquer possibilidade monossêmica. Como bem pontua Orlandi (2009, p. 35-36, grifos nossos):

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. **Isso não significa que não haja singularidade como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas.** Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos.

As palavras, desse modo, não têm sentido nelas mesmas, não há literalidade, o significado não se cola ao significante. Nossas lexias derivam seus sentidos das formações discursivas em que se

³ O lugar da ideologia no processo de assujeitamento, e de constituição dos sentidos e da subjetividade, atravessa o forte efeito teórico althusseriano existente sobre Pêcheux. No processo simbólico, o indivíduo, determinado pela exterioridade, assume uma forma-sujeito histórica - afetada pelo Estado e pelas relações materializadas em suas formações sociais. O indivíduo não seria um indivíduo de origem, mas, afetado por configurações e coerções sociais diversas, constitui-se como “resultado de um processo referido pelo Estado, (...) constituído por suas relações com as instituições” (Orlandi, 2007, p. 3), que ressaltam sua condição de despossessão sobre si mesmo.

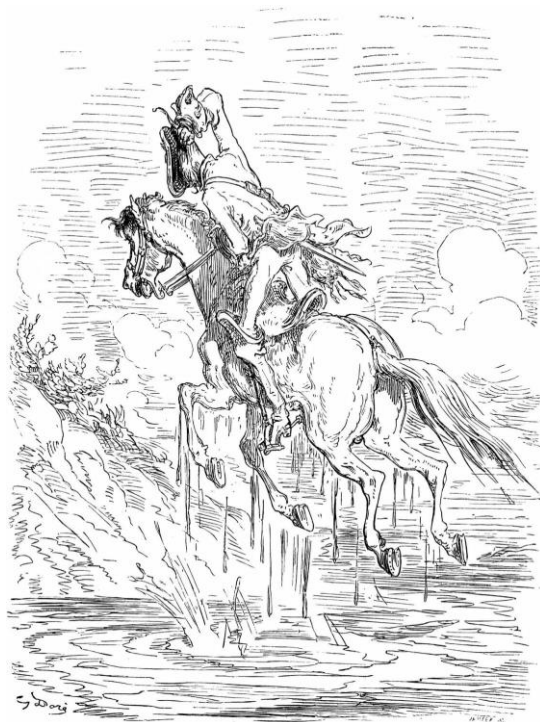
inscrevem, manifestando, nos discursos, as formações ideológicas às quais se amparam. Quando o sujeito se assume um sujeito-falante, e toma uma posição, isto não se configura meramente como um ato originário deste sujeito-falante, mas como uma “determinação do interdiscurso, da exterioridade sobre si mesmo” (Brust & Petri, 2013, p. 23). As formações discursivas operam como regionalizações do interdiscurso, que “disponibiliza os dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação à outra” (p. 23). Os sentidos não são predeterminados por propriedades da língua, mas “dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas” (p. 23).

O conceito de *formação discursiva* é basilar para a Análise de Discurso, e é convencionalmente compreendido como aquilo que determina o que pode e deve ser dito em uma certa conjuntura sócio-histórica. Diferentes sentidos e efeitos de sentido são evocados e compreendidos na medida em que seus funcionamentos discursivos vinculam-se a esta dada formação. Os sentidos remetem justamente a uma formação discursiva — e não a outra — em razão do funcionamento da memória e das condições de produção do espaço em que estão inseridos. O significante *terra*, por exemplo, é compreendido e significado de maneiras distintas para um indígena e para um proprietário rural (Orlandi, 2009). A ilusão estrutural de um sentido uno e homogêneo é somente um efeito ideológico, que sobredetermina a historicidade e a heterogeneidade possíveis a qualquer significante. Constituídas de contradição, as formações discursivas dispõem de heterogeneidade, de fronteiras fluidas, “configurando-se e reconfigurando-se continuamente” (Orlandi, 2009, p. 44).

Estas noções são profundamente caras à Análise de Discurso materialista. Os esquecimentos produzem no sujeito a ilusão de domínio, controle e completude, oferecendo-lhe uma noção de identidade. A AD provoca um deslocamento importante na concepção de sujeito. Pêcheux não se debruça apenas sobre uma articulação entre língua, história e ideologia. Profundamente afetado por Lacan, Pêcheux nos apresenta um sujeito clivado,

descentrado e heterogêneo, um sujeito sobre o qual não é possível pensar, refletir e conceber sem fazer menção à noção de inconsciente. Em sua releitura de Freud, Lacan molda a noção de inconsciente não como um instinto animal ou uma latência coletiva, mas, essencialmente, como aquilo que se deixa revelar por uma não-consciência, por passagens tomadas por falhas, tropeços, equívocos (Lacan, [1957] 2001). É justamente a noção de *falha* que permite a inscrição do inconsciente na Análise do *Discurso*, que deixa de ser compreendido somente como produto de aparelhos ideológicos, e passa a ser não apenas efeito de filiações sócio-históricas, mas também de um trabalho atravessado por determinações inconscientes.

Pêcheux era um grande entusiasta da cultura germânica, e demonstrou em seu percurso teórico uma forte influência da obra *Aventuras do Barão de Münchhausen*. O que passou a ser compreendido como *Efeito Münchhausen* está justamente atrelado ao que Pêcheux propõe como ilusões subjetivas, como *efeito-sujeito*. Em um determinado momento da narrativa, o barão se atira, junto ao seu cavalo, em um brejo, e por muito pouco não se afoga. “Eu certamente teria perecido se, pela força de meu próprio braço, não tivesse puxado pelo meu próprio cabelo, preso pelo rabicho, a mim e a meu cavalo” (Gillian, 1988, 1h18min), explica com bastante franqueza o personagem.



Alçando-se pelos próprios cabelos, o Barão de Münchhausen resgata si próprio e seu cavalo das águas de um pântano. Ilustração de Gustave Doré, 1862.

O gesto do barão, que se concretiza na narrativa pelas vias do *absurdo*, é central para Pêcheux em sua teorização sobre o processo de constituição do sujeito discursivo, que subsiste incansavelmente à fantasia de que é autoconsequente, senhor de si; o que, evidentemente, não o torna menos afetado pela ideologia e pelo inconsciente, que constantemente traem suas pretensões de domínio e racionalidade. O inconsciente, aqui, não se caracteriza somente por uma não-consciência, mas por aquilo que nele se reprime (e reluz). Como bem coloca Lacan ([1957] 2001, p. 333, grifo nosso): “O inconsciente não é perder a memória; é não se lembrar **do que** se sabe”. O *recalque*, neste sentido, conceito valioso para psicanálise, aquilo que é negado no interior do *eu*, negado simbolicamente, também retornará, em alguma medida, simbolicamente. A exemplo do emblemático caso *Signorelli* (Freud,

[1901] 1987), o inconsciente (já em Freud⁴) está vinculado à ideia de sistema, àquilo que obedece a uma lógica própria. Quando um nome próprio é esquecido, não se trata apenas do esquecimento, mas do aparecimento de um nome substitutivo, que insiste na consciência. A substituição não é arbitrária, mas respeita caminhos calculáveis e regulares. O *deslocamento* não é deixado à arbitrariedade psíquica, há uma sistematicidade, há uma conexão rastreável entre o nome esquecido e o nome substituto. Há um contexto *estrutural*.

Lacan, ao propor que são os significantes que registram o inconsciente como linguagem, expõe a linguagem em função do *simbólico*, e, por efeito, sobre uma posição de *falta*. A ordem do simbólico permite apenas um recorte do *real*, que não cede a fissuras. O simbólico percorre somente um *furo* sobre a superfície impenetrável do real. Pêcheux (1975) recupera em Lacan a máxima de que *só há causa daquilo que falha* em um gesto valioso de deslocamento do olhar para o lapso, para o equívoco. É o deslizamento pelo *non sense* que possibilita a um significante, em sua primazia sobre o significado, percorrer uma multiplicidade de outros significados⁵.

Por trás de todo lapso há uma finalidade significativa (Lacan, 2001). Na tentativa de agarrar o *real*, o sujeito, no seio de sua

⁴ Além de *A psicopatologia da vida cotidiana* (1901), também *A interpretação dos sonhos* (1900) e *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905) são escritos canônicos e indispensáveis de Freud para uma compreensão razoável de como opera o *inconsciente* e a partir de quais vias (da linguagem e do significante) manifestam-se suas formações.

⁵ “Eu [Je] quer dizer aquele que está falando agora no momento em que digo eu. Mas o sujeito nem sempre é o sujeito do enunciado, pois nem todos os enunciados contêm eu. Mesmo quando não existe eu, mesmo quando vocês dizem “está chovendo”, há um sujeito da enunciação, há um sujeito mesmo que não seja perceptível na frase. Tudo isso permite representar muitas coisas. O sujeito que nos interessa – sujeito não na medida em que faz o discurso, mas em que é feito por ele, e inclusive feito como um rato – é o sujeito da enunciação. (...) é uma definição do que é designado como “elemento” na linguagem. Isso sempre foi designado como “elemento”, mesmo em grego. Os estóicos chamaram-no de “significante”” (Lacan, [2005] 2006, p. 45).

própria trama edípica, condena a si mesmo à incompletude, à difícil constatação de lacunas que jamais serão preenchidas (Lacan, [1957] 2001), e resta a ele *falar a falta*, princípio caro à esta pesquisa, e que será melhor aprofundado nos próximos tópicos. Estes fundamentos afetam profundamente Pêcheux, que nos apresenta um sujeito do discurso atravessado por um sujeito do inconsciente, afetado pela ideologia, e que também fala, e, ao falar, intervém em sentidos já dados (Gasparini, 2010).

II. SEMPRE, SOB AS PALAVRAS, OUTRAS PALAVRAS SÃO DITAS

Nina Leite (1994) aponta nos últimos trabalhos de Pêcheux um percurso crescente de referência à Psicanálise. Ainda que haja em Pêcheux uma concepção de sujeito cuja subjetividade toca a todo momento a noção de inconsciente, percorrer a teoria do discurso, em meio a leituras e releituras de conceitos de outros campos do conhecimento (como a psicanálise e o marxismo), em suas particularidades epistemológicas e teórico-instrumentais, produz caminhos difíceis para um analista do discurso, que deve muitas vezes se confrontar com diálogos porosos, mas de pouca ou nenhuma conciliação. A inscrição (ou ao menos a discussão) da psicanálise em Análise de Discurso costuma ser permeada de ressalvas. “[...] a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalcado não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente”, tenta muitas vezes reorganizar-se Pêcheux (1975, p. 301).

Os principais fundamentos da teoria pecheutiana que oferecem sustentação a uma concepção de sujeito estão evidentemente vinculados ao profundo efeito teórico (sobre Pêcheux) de Lacan — não apenas afetado, mas guiado por Freud, que fundamenta as *feridas narcísicas*, e atribui a si mesmo a abertura

de uma última, que postula a existência do inconsciente⁶. É a última das feridas que lança o sujeito à consciência de que — de si — pouco (ou quase nada) está sob seu domínio. Quando atribuímos ao sujeito um caráter “descentrado”, não podemos cometer o erro de compreendê-lo como “rachado” ou “fragmentado”. A sua descentralização faz dele “clivado” — e não “desmembrado” — por não haver nele um *centro* do qual emanam os sentidos.

É neste ponto que o sujeito, como mero *efeito* de linguagem, depende da ilusão de que é capaz de distanciar-se de si, das condições de produção em que está inserido o seu dizer, e das próprias vozes que o compõem e que junto dele falam e se silenciam a todo momento. Este processo (teórico) de *descentramento* da categoria de *sujeito* é bastante anterior (e evidentemente não exclusivo) a Freud. A partir de uma tentativa de *desantropologização* do sujeito, filósofos como Hegel, Marx, Nietzsche e Heidegger propõem rupturas com qualquer ideal de instância fundadora para o homem. Neste sentido, o sujeito não opera como *agente*, racional e soberano, mas como *efeito*. Trata-se não de um sujeito que fala, mas de um sujeito que é *falado*. Como analistas do discurso, questionamos, desse modo, não apenas quem é o sujeito por trás de enunciados, mas por que o sujeito produz estes enunciados e não outros.

Neste ponto, nos aproximamos de algumas noções de *heterogeneidade enunciativa*, caríssimas a este trabalho. Jacqueline Authier-Revuz, afetada pelas concepções de interdiscurso propostas pela Análise de Discurso materialista, bastante influenciada pelas teorias psicanalíticas sobre o sujeito, e ligada às noções de dialogismo e polifonia desenvolvidas por Mikhail

⁶ As duas primeiras *feridas narcísicas* fundamentadas por Freud estão atreladas, em primeiro lugar, às revoluções de Ptolomeu, Galileu e (sobretudo) Copérnico, que postularam a Terra não mais como centro do universo, mas somente como um agregado cósmico em meio a um sistema muito maior e complexo. E, em segundo lugar, às contribuições de Charles Darwin acerca da origem e da evolução das espécies, que retiram o homem de uma suposta condição de exceção e supremacia no reino animal (Freud, 1917).

Bakhtin, toma a heterogeneidade como fundante, postulando que todo dizer traz consigo, necessariamente, outros dizeres. Na perspectiva dialógica, há o “lugar do *outro* discurso”, que não é do lado, mas *no* discurso (Authier-Revuz, 2004). Nesse sentido, há um *outro* que não é necessariamente diferente, mas também não é um duplo, e que atravessa constitutivamente o *um*. Se o *eu* perde sua centralidade (sobre si e suas ações), o *outro*, desconhecido e inconsciente, passa a fazer parte integrante e constitutiva de sua identidade.

Se a linguagem é heterogênea, e nossos discursos são sempre tecidos sobre outros discursos, há, aqui, a compreensão de uma *heterogeneidade constitutiva*, amparada nos *já-ditos* sobre os quais todo discurso se constrói. Como bem coloca Authier-Revuz (1990, p. 28): “sempre, sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia (discursiva), se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso”. Aqui, o *outro* não é um objeto exterior do discurso, muito menos um objeto exterior ao sujeito, mas é a *condição* interior de todo discurso. É o *outro* que abre e fundamenta a heterogeneidade de cada dizer. A autora ainda propõe outras duas formas de heterogeneidade, uma *mostrada e marcada*, e outra simplesmente *mostrada e não marcada*. No primeiro caso, os exemplos mais comuns são os discursos relatados, que costumam ser descritos com a presença de aspas; nestes casos, o sujeito se apresenta como mero porta-voz, oferecendo *explicitamente* em seu discurso espaço ao discurso do *outro*. Já os casos de heterogeneidade *não marcada* estão comumente vinculados a enunciados irônicos, ou a casos de discurso indireto livre.

O que parece constituir para Authier-Revuz um sinal de *marcação* são as possíveis indicações linguísticas e gráficas de que o sujeito teria se dado conta de que seu dizer foi invadido por outras vozes. É justamente neste ponto que nos afastamos da autora, e nos amparamos ao princípio de que a *não consciência* do sujeito não necessariamente descaracteriza um fenômeno de heterogeneidade marcada. Como bem aponta Brito & Cavalcante (2013, p. 401), em

uma releitura crítica sobre a teoria instituída por Authier-Revuz, “o advento do inconsciente deixa-se revelar por marcas”. E cabe a nós nos reportarmos ao que foi efetivamente dito, e não ao que se pretendia enunciar. Nesse sentido, se o sujeito não se dá conta de sinalizar o heterogêneo no fio discursivo de seu dizer, ou seja, se ele não o marca *conscientemente*, tal como faz na heterogeneidade mostrada marcada, isso não anula a irrupção do *Outro* no fio discursivo.

O sujeito tenta, a todo custo, conter a deriva, aplacando tensões e turbulências, na esperança de garantir a homogeneidade de seu dizer, e de modo a não abalar sua ilusão de centralidade. A todo momento, no entanto, o sujeito falha, tropeçando em seu próprio discurso, e revelando as *marcas* de seu fracasso. Constantemente, em um jogo oportunista, o inconsciente “espera o sujeito distrair-se, num momento preciso de enunciação, para tomar-lhe a palavra” (Fonseca, p. 150). Se nossos dizeres revelam-se naturalmente impregnados de falhas, equívocos e interdições, *marcas* do inconsciente, o que podemos supor sobre o funcionamento testemunhal do discurso, constituído pelas feridas de um trauma? Quais vozes o atravessam? Em um relato político, quem fala? O sujeito ferido ou o coletivo ameaçado? A criança ceifada? O adulto confuso? Todos falam? Todos *sempre* falam?

III. A CADA LINHA, A CADA PALAVRA, A LÍNGUA ME FALTA

Diante de um silenciamento por décadas institucionalizado, a Comissão Nacional da Verdade⁷ (doravante CNV) foi criada

⁷ Em janeiro de 2010, instituiu-se, junto à Casa Civil da Presidência da República, um grupo de trabalho para a elaboração de um projeto de lei do Executivo, que visaria criar uma Comissão Nacional da Verdade (proposta ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Programa Nacional de Direitos Humanos). Na mensagem de 12 de maio de 2010, que encaminhou o projeto de lei ao Congresso Nacional, Lula afirmou: “A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos

propondo-se a apurar violações perpetradas entre setembro de 1964 e outubro de 1988. Instituída quase trinta anos após o fim da ditadura militar, a CNV não apenas investigou crimes cometidos por agentes do Estado contra cidadãos que resistiram à repressão, mas também constituiu-se como espaço de escuta às vítimas do regime. A CNV representou uma possibilidade de reconhecimento público para as vítimas, um registro para a memória coletiva, ainda que não tenha punido ou indicado criminalmente qualquer violador.

Em São Paulo, a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva promoveu o *Seminário Verdade e Infância Roubada*, destinado a ouvir depoimentos de filhos de militantes políticos atingidos pela repressão. As sessões resgataram memórias, lutos e traumas individuais e coletivos jamais expostos e elaborados em uma série de testemunhos que deflagraram dolorosamente a tragédia de cada infância invadida pelo morticínio e pela crueldade do regime militar brasileiro. O *Estatuto da Criança e do Adolescente* só foi promulgado no Brasil em julho de 1990. Apenas cinco anos após o fim da ditadura militar brasileira, crianças e adolescentes passaram a ser considerados *sujeitos de direito*. Como meros *objetos de tutela*, sem direitos civis, as *crianças da ditadura* eram, simbólica e materialmente, *não-pessoas*. Se seus tutores e responsáveis fossem, em alguma hipótese, considerados *perigosos*, *subversivos* ou *delinquentes*, a sina de crueldade, indiferença e desumanização automaticamente recairia também sobre suas crianças. Agentes da ditadura civil-militar brasileira jamais apresentaram-se como réus, diante dos tribunais, visto que, entre tantas questões, suas vítimas não estavam sequer incluídas em quaisquer parâmetros da lei.

Realizar um testemunho implica transmitir experiências que portam um relato traumático, um relato que, entre as fronteiras do (in)dizível, inscreve-se sobretudo na impossibilidade de dar conta do real do *todo vivido* do qual se tenta (e muitas vezes falha em) falar

ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos” (Brasil, 2014, p. 20).

(Mariani, 2016). Como aponta Mariani (p. 50-51): “(...) o testemunho é da ordem do memorável, esse é um dos seus aspectos. Dar um testemunho aponta para um falar urgente, para o não esquecer e para um não deixar os outros esquecerem”. Em *Se questo è un uomo?*, Primo Levi (1988, p. 8) reforça a todo momento que é acometido por um desejo profundo de verbalizar suas agruras, um desejo “de caráter de impulso imediato e violento”. E continua (2013, p. 24, grifo nosso): “[...] nos damos conta de que **a nossa língua não tem palavras** para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem”. Levi parece se confrontar com a impossibilidade de inserção no simbólico, com a constatação de que nem tudo é possível contar. Ginzburg (2008, não paginado) explora que, em uma concepção de linguagem ligada ao trauma, “[...] a base do testemunho consiste em uma ambiguidade: por um lado, a necessidade de narrar o que foi vivido e, por outro, a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu”.

A dimensão do traumático, constitutiva do testemunho, toca a todo momento a instância do indizível e do impenetrável. A realidade fere, mas resta à testemunha reclamá-la e atravessá-la. Se nem tudo é possível dizer, emerge um embate entre dizer e não-dizer, entre dito e não-dito, cujas fronteiras, muitas vezes, são difíceis para o sujeito definir. O testemunho é um ato de denúncia, um legado para as próximas gerações. E o testemunhar das vítimas, em alguma medida, sana nossas próprias dívidas com aqueles que se foram. O século XX representou uma era de julgamentos históricos, sobretudo em razão dos Tribunais de Nuremberg. É comum que este período seja referenciado em alguns espaços como uma *era de traumas*. Esta linha de reflexão especificamente é injusta. O século XX marca, na verdade, uma era de *teorias* sobre o trauma. A *Shoah* abre caminho para teóricos do trauma e do testemunho, como Shoshana Felman e Primo Levi, na medida em que se constitui como um dos genocídios mais bem documentados de nossa história. O massacre em massa de judeus e ciganos Rom (*Porajmos*) durante o período nazista não se configura, no entanto, como um acontecimento inteiramente inédito de nossa travessia,

como propuseram autores como Theodor Adorno, que questiona se seria possível escrever poesia após Auschwitz.

Campos de concentração e técnicas de extermínio em escala industrial foram por muitos séculos elementos centrais de escravidão e colonialismo, e povos, comunidades étnicas e nações vítimas seguem sem direito à reparação. Como coloca Aimé Césaire, em seu clássico *Discurso sobre o Colonialismo* (2010, p.16-17):

(...) até então só se havia aplicado [o nazismo] aos povos não-europeus (...) o que não é perdoável em Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, senão o crime contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, e haver aplicado na Europa procedimentos colonialistas que até agora só concerniam aos árabes da Argélia, aos coolies da Índia e aos negros da África.

Esta colocação de Césaire evidentemente não propõe diminuir ou comparar sofrimentos e atrocidades históricas vividas por judeus, ciganos e outros grupos na Europa, mas propõe refletirmos o nazismo como reprodução e aplicação — na Europa — de tecnologias de morte e extermínio criadas em colônias na África, Ásia e América. O ideal de *branquitude* também não é uma essência, a noção de *raça* envolve construções simbólicas, políticas e econômicas, e opera de maneira relacional. No contexto nazista, judeus eram um grupo racializado, não-branco. Em outros períodos históricos e em outras sociedades, esta dinâmica racial operou e opera de maneiras diferentes.

Shoshana Felman, a partir de Walter Benjamin, admite que a *história oficial* transmite apenas um legado de *mudez* (2014, p. 54); o próprio conceito de *história* pressupõe aquilo que é excluído, subjugado, não apreendido. Embora a definição convencional para esta lexia vincule-se meramente a um ideal de *cronologia de eventos*, seus usos e efeitos de sentido estão atrelados a narrativas sobre estes eventos, ainda que o sujeito não se dê conta deste atravessamento ideológico. Há uma pretensão objetivista, que atribui a documentos, arquivos e acervos, de maneira bastante racionalista, uma certa evidencialidade. Concepções genéricas e

objetivistas de *história* contribuem para a persistência de um *locus de enunciação* hegemônico, em cujo cerne se organizam estruturas políticas, sociais e econômicas, forjadas sob o empilhamento de catástrofes de indivíduos subalternizados e silenciados.

Benjamin encarou nossa sociedade sob a égide da barbárie, e observou atentamente o retraimento de nossa capacidade de transmitir experiências. A incapacidade (ou a simples dificuldade) de contar histórias, expor vivências, ou reviver — pela palavra — determinados eventos e situações expõe um espaço de narrativas impossíveis. Após a Primeira Guerra Mundial, Benjamin notou que, em meio à tecnicização, racionalização e mecanização bélicas, combatentes voltaram aos seus lares mudos, incapazes de comunicar aos seus semelhantes a experiência da guerra⁸. Os indivíduos teriam se tornado mais pobres de experiências comunicáveis, e não mais ricos, visto que, segundo Benjamin, “nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes” (1996, p. 115). A guerra teria não apenas escancarado a *mudez dos traumatizados*, mas também produzido uma legião de *sem expressão* (*das Ausdruckslose*), indivíduos historicamente reduzidos ao silêncio, privados de rosto humano. E de *expressão muda*, como se já estivessem mortos.

Não cabe a nós encararmos o testemunho pelas lentes dicotômicas da *verdade* e da *ficção*, visto que a literatura de testemunho coloca em xeque justamente as fronteiras entre o

⁸ Francisco Goya, influenciado pelo *espírito iluminista*, estampou, em uma de suas obras mais notáveis, que “*o sono da razão produz monstros*”. Se Goya visitasse o século XX, concordaria que monstros foram produzidos através de uma razão acordada. Ideais desmedidos de esclarecimento e progresso técnico-científico culminaram em um processo irreversível de exacerbação da técnica e matematização do conhecimento, promovendo alienação e indiferença. Os efeitos desse fenômeno previsivelmente caminharam para a desvalorização da sensibilidade, do intelecto e do pensamento, e para o desenvolvimento de uma lógica puramente fundamentalista e utilitarista.

fictício e o descritivo (Seligmann-Silva, 2017). Para a realização de um gesto analítico, devemos nos atentar ao fato de que o testemunho importa menos por sua ligação com a veracidade daquilo que narra, e mais — bem mais — por aquilo que dele efetivamente se enuncia. Em outras palavras, o trauma importa pelo seu relato, é o discurso sobre o trauma vivido, e não o trauma por si mesmo. Carrenho (2019, p. 48, grifos nossos) aponta que:

O contar é marcado, de um lado, pela **persistência de um silêncio** e, de outro, pela instauração do momento em que esse silêncio finalmente se desfaz (ao menos em efeito) (...) Há, conjugada à interdição do dizer, uma **impossibilidade de dizer** que, dão a ver, persiste até mesmo nos relatos (...), uma vez que o efeito de rompimento desse silêncio se mostra esgarçado pelo retorno dessa impossibilidade, marcado por uma **falha** do contar ao longo do relato.

Há toda uma complexidade enunciativa que leva o sujeito a responder com palavras à falha que há nas palavras. A ausência que carrega a linguagem provoca, muitas vezes, uma meta-enunciação, ou seja, há refletido no discurso a falta que ele encontra em si mesmo. A instância do silêncio é fundamental para compreendermos a multiplicidade de possibilidades dos sentidos. Sempre, na passagem de um significante para outro, algo se perde na significação. Há o que não é dito, que permanece em silêncio, e “que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (Orlandi, 1992, p. 12). Orlandi complementa:

Esta dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração), **a vontade do “um”** (da unidade, do sentido fixo) **o lugar do non sense, o equívoco, a incompletude** (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não apreensível), **não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo de seu funcionamento** (grifos nossos).

O silêncio é, por excelência, o espaço a partir do qual o discurso pode se tornar efetivo. Aquilo que se perde, que não é dito, que está sempre em silêncio, é o que permite que se continue

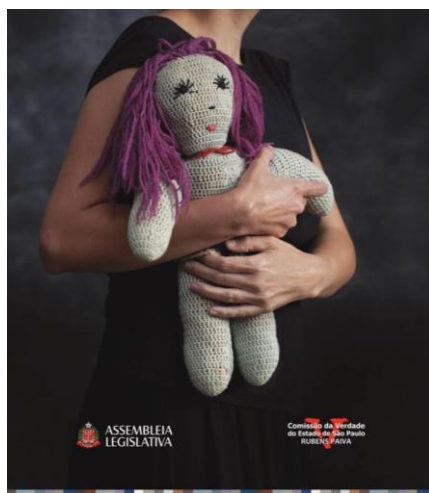
falando, essa perda é a incompletude constitutiva da linguagem, e é o que sustenta a movência dos sentidos. O testemunho é justamente marcado por uma fragmentação do dizer, principalmente pela dificuldade de a testemunha traduzir o vivido em palavras, imagens, metáforas. Essa dificuldade e, muitas vezes, a incapacidade de incorporar numa cadeia contínua, linear e homogênea a narração de um acontecimento traumático é basilar para a noção de testemunho. Se nem tudo é possível dizer, ou melhor, se não é possível *homogeneamente* tudo dizer, a presente pesquisa abraça algumas suspeitas, e assume sustentação em algumas desconfianças.

Diante de um primeiro contato com o *corpus* de testemunhos selecionados (cuja natureza e cujos critérios serão destrinchados mais adiante), notamos a emergência de *sintomas particulares* do heterogêneo no fio discursivo testemunhal. Os relatos, enquanto relatos, são próprios de uma condição em que o sujeito se embarça com seu próprio inconsciente, e, em meio às ciladas do trauma, múltiplas vozes tentam romper o silêncio frente à impossibilidade do dizer, fragmentando-o ainda mais. Quando uma testemunha narra um relato, *quem* realmente narra? Como interpretar em um relato a dificuldade de a testemunha permanecer na primeira pessoa do singular? *Eu*, vítima da ditadura? *Nós*, vítimas da ditadura? Como compreender os deslocamentos constantes em relação ao *objeto* do dizer? O que se narra está profundamente imbricado a quem narra, mas é realmente claro ao leitor ou a ouvinte identificar quem assume o dizer quando uma testemunha se propõe a narrar? No caso do *corpus* selecionado por esta pesquisa, os *filhos da ditadura* foram no passado as *crianças da ditadura*, que se apresentaram como os *adultos da ditadura* nas mesas da Comissão da Verdade, mas em algum momento a criança deixa de irromper, pelo equívoco, pelo estranhamento, pelas rupturas do *non-sense*, no discurso do adulto? Quem fala? O coletivo *filhos da ditadura*? O coletivo *adultos da ditadura*? Quem é silenciado? A testemunha tenta ou supõe se afastar de si e de seu dizer? Essas são

apenas algumas questões que movem esta pesquisa, e que permitem que outras perguntas sejam feitas.

3. INFÂNCIAS MARGINAIS

No estado de São Paulo, a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, presidida pelo, até então, deputado estadual Adriano Diogo (PT-SP), promoveu o *Seminário Verdade e Infância Roubada*, destinado a ouvir depoimentos de filhos de militantes políticos atingidos pela repressão. Cerca de quarenta e quatro testemunhos foram coletados no mês de maio de 2013, e passaram a integrar a obra *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, organizada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A obra conta não apenas com os depoimentos das vítimas, mas apresenta também cartas, fotografias e gravuras de jornais da época. A capa e a contracapa da obra trazem a imagem de uma boneca de pano — um típico objeto infantil — em estado bastante desgastado. Na contracapa, mais especificamente, observamos a imagem de uma mulher adulta abraçada à boneca, instigando reflexões iniciais sobre uma criança que não deixa de persistir em um adulto.



Contracapa da obra *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*.

Para esta pesquisa, nos atentamos a uma seleção criteriosa dos depoimentos que fariam parte do *corpus* oficial. Muitas das sessões do Seminário foram gravadas e disponibilizadas na página oficial da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, na plataforma Youtube. Cada depoimento dura em média trinta minutos. No momento do relato, muitas testemunhas optaram por ler apenas um texto escrito previamente, justificando que um depoimento produzido oralmente, no momento da sessão, poderia deixá-las vulneráveis demais às suas emoções. Em razão disto, tomamos a decisão de desconsiderar tanto os testemunhos que não estão disponíveis na página oficial da Comissão, quanto os testemunhos que foram lidos. Há nesta pesquisa um interesse por aquilo que o sujeito produz quando sua atenção não está sobre o fio de seu discurso, o que não ocorre durante a leitura de um texto, momento em que a testemunha dedica um enfoque maior à linearidade daquilo que lê. Além disso, não foram utilizados os testemunhos transcritos na obra supracitada, produzida pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, visto que a transcrição realizada pelos produtores, por visar um material fluido e uniforme, apaga elementos importantes para esta pesquisa.

Dezoito depoimentos foram selecionados — e transcritos, demarcando nos dizeres alguns momentos de pausas curtas e longas, pausas para choros, a continuidade dos momentos de choro, as hesitações, mudanças repentinas de entonação, risos, e palavras/enunciados interrompidos pela própria testemunha. Para isso, a pesquisa se inspirou nas reflexões e convenções de transcrição exploradas em Preti (1999, p. 11 e 12)⁹. O percurso teórico e analítico sobre os depoimentos aqui delimitados pressupõe o desenvolvimento de ferramentas linguístico-descritivas que desloquem o gesto de análise sobre o material para uma instância de *enunciação testemunhal*, para aquilo que também

⁹ Convenções disponíveis para leitura em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5828997/mod_resource/content/1/PRET1%20%281999%29%20-%20Análise%20de%20textos%20orais.pdf.

pertence à *oralidade*. A materialidade discursiva oral é valiosa para àquilo que vincula-se à instância da dor e do horror. A transcrição foi realizada conforme o aparecimento bruto das formas linguísticas em sua forma oral. Em nenhum momento, durante a transcrição, houve modificação nos dizeres para que estes se tornassem em alguma medida mais legíveis textualmente.

A delimitação do *corpus* em Análise de Discurso não atende a critérios positivistas, de modo que aqui não almejamos uma exaustividade *horizontal* (em extensão) diante de nosso objeto discursivo, visto que suas possibilidades de análise são inesgotáveis. Como bem coloca Orlandi (2009, p. 63), a exaustividade almejada pelo analista é a *vertical* — que produz consequências teóricas relevantes, e que não trata seus “dados” meramente como ilustrações. Se não há discursos fechados em si mesmos, visto que todo discurso se estabelece em relação a outros discursos, cabe ao analista refletir e propor seus próprios recortes de determinados processos discursivos.

Orlandi (2009, p. 66) aponta que o objeto discursivo não é dado, mas que “supõe um trabalho do analista, e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico”. O analista, enquanto sujeito, certamente, é incapaz de apreender o *real* tal como é, e justamente por isso ele deve operar, em seu gesto de análise, “cortes, extrações, deslocamentos e aproximações”, em uma prática que Pêcheux (2011 [1981], p. 16) denomina *leitura-trituração*, e que é adotada nesta pesquisa. Como bem coloca Orlandi (2003, p. 10): “é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo. Não há uma teoria já pronta que sirva de instrumento para a análise”.

Em AD, não podemos dissociar teoria, objeto, método e análise. O analista deve deslocar o seu olhar para o seu objeto discursivo, investigando e questionando nele a manifestação de uma materialidade específica. A partir disso, cabe ao analista observar a possibilidade de essa materialidade, em suas

particularidades, guiá-lo para uma determinada discussão teórica. Um gesto de análise, principalmente em um processo de investigação científica, torna-se bem-sucedido não exatamente pelo ineditismo que apresenta, mas pela sua capacidade de mobilizar e propor consequências teóricas relevantes. O primeiro contato de um analista com seu *corpus*, no momento de constituí-lo, ocorre mediante um *estranhamento*, seria

a partir da subversão de um enunciado tido como pronto e reproduzível no seio da nossa formação social que conseguimos acessar o rompimento com um já-dito, (...) com algo compreendido como evidente, para subverter esse funcionamento e instaurar um novo funcionamento discursivo (Fernandes e Vinhas, 2019, p. 147).

Pêcheux (2016) sugere que o analista *tome partido pela imbecilidade*, para, assim, “decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí”. Assim, a operação de recorte sobre o *corpus* compõe um exercício de análise sucedido pela seleção de textos, enunciados e marcas linguísticas que serão articulados e mobilizados às teorias de Análise de Discurso. A definição do *corpus*, a partir de um material bruto, não corresponde a um gesto estabelecido naturalmente, mas atende às suspeitas teóricas do analista diante de seu próprio estranhamento com as sequências discursivas com que se depara. O estabelecimento de aproximações não ocorre meramente por vias temáticas ou por uma homogeneidade entre os materiais, mas a partir da identificação de elementos estruturantes, que se repetem nos materiais (neste caso, nos depoimentos selecionados), e que possivelmente também se fariam presentes em outros casos em que estivesse em questão e sob análise relatos e depoimentos traumáticos.

I. POR QUE VOCÊ É TÃO TRISTINHA?

Em psicanálise, a temporalidade do trauma está vinculada à ideia de um *après-coup* (“depois do golpe”), ao princípio de que o trauma (o golpe) não pode ser realmente concebido ou assimilado no momento em que ele ocorre. É em um segundo momento, durante a enunciação, que o trauma recebe sentido e significação (Le Guen, 1982). Ao narrar um trauma, o sujeito reorganiza os eventos em sua memória, por vezes em desencontro com o *real*, tentando responder com palavras à falha que há nas palavras, refletindo no discurso a falta que encontra em si mesmo. No material aqui selecionado, há uma tentativa de — nas mesas da Comissão da Verdade — reconstituir subjetivamente infâncias que, de alguma maneira, tocam a todo momento a travessia política de uma nação. Este contato constante entre esferas públicas e privadas, subjetivas e políticas, individuais e coletivas produz (e revela) no discurso testemunhal uma multiplicidade de possíveis *objetos discursivos*, capazes de compor um mesmo testemunho ou um conjunto de testemunhos.

Os relatos traumáticos expõem o mosaico de dúvidas identitárias que acompanha indivíduos que se viram como crianças em um contexto de *exceção jurídica*, submetidos a uma série de crueldades e injustiças, sob respaldo de nossas instituições. Ser criança durante a ditadura civil-militar brasileira incluía eventualmente ser vítima de sequestros, sofrer ou presenciar sessões de tortura, viver e crescer em ambientes instáveis, distante de seus núcleos familiares, e, claro, na pior (e mais grave) das hipóteses, ser assassinado ou ter seus familiares e companheiros mortos. Um ponto bastante decisivo para o modo de vida destas crianças era a *clandestinidade*, uma condição ligada às atividades políticas de seus pais, de resistência ao regime, e que pressupunha muitas vezes a adoção de identidades falsas. Este cenário afetou e afeta profundamente a *subjetividade* dos indivíduos envolvidos, promovendo uma extrema desorganização na relação do sujeito consigo mesmo e com o espaço em que está inserido. O gesto de

testemunhar emerge justamente como uma tentativa de religamento e reconstrução subjetiva não somente da infância, mas da própria noção de identidade. Este processo é bastante confuso, e expõe muitas dúvidas.

A testemunha Marta Nehring, filha de um militante político marxista, assassinado pelo regime militar, relata, quando criança, ter se deslocado entre muitos países, como Chile, França e Cuba. Marta não entendia por que seus colegas e vizinhos eram tão felizes, sentia-se mal e deslocada por não dar conta de ser tão feliz. Justamente por isso, era constantemente cobrada: *Por que você é tão tristinha?*. Marta conta como, anos depois, ao produzir, junto à Maria Oliveira, o documentário *15 filhos*¹⁰, tenta, enquanto *filha da ditadura*, reorganizar junto a outros *filhos* uma memória coletiva de suas experiências, de maneira que fosse possível visualizar também o que *não é* coletivo em suas histórias. O que exatamente de suas identidades estaria (ou não) vinculado às decisões políticas de seus pais?

MartaNehring.E1: Nós tentamos descobrir o que era **específico** da nossa experiência.

MartaNehring.E2: Maria, **filha** de guerrilheiros presos.

MartaNehring.E3: Eu, **filha** de um cara que tinha sido assassinado.

MartaNehring.E4: Foi o primeiro passo em busca da minha identidade, porque ficava sempre a dúvida: eu era “tristinha” porque **nasci assim**, ou como **resultado da clandestinidade**?

MartaNehring.E5: É muito difícil separar o que é da **índole** e o que é da **vida**.

MartaNehring.E6: Tem gente que é tímida, tem gente que é bom aluno.

MartaNehring.E7: Você não é tímido e bom aluno porque o teu **pai** morreu na tortura, entendeu?

MartaNehring.E8: Quer dizer, qual era a minha identidade, o que era **meu** e o que era da **história**?

¹⁰ O documentário *15 filhos* reúne depoimentos de filhos de guerrilheiros políticos presos, mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar no Brasil. A obra é uma produção coletiva e independente, e está disponível gratuitamente na plataforma Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bkTO6cS8hiQ>.

Estes enunciados destacados representam um mosaico de questões que, mais à frente, não apenas nos encaminharão para uma discussão mais clara da *heterogeneidade enunciativa* no discurso testemunhal, mas também se revelarão em alguma medida *estruturantes* em nosso *corpus*. Os sintagmas *filho* e *filha* operam nestes dizeres como uma *via de condição* para o sujeito se identificar não somente como indivíduo, mas como testemunha. Cada depoimento se configura a partir de um sujeito que se coloca em cena necessariamente vinculado a um laço de parentalidade com militantes, guerrilheiros e dissidentes políticos. O Seminário que os convoca, ainda que se intitule somente “Verdade e Infância Roubada”, sem menção direta aos sintagmas *pais* e *filhos*, reúne indivíduos que, crianças, evidentemente, jamais tomaram a decisão de incursionar em movimentos de resistência nacional. Os adultos que se põem a narrar nas mesas da Comissão não escolheram ser *filhos da ditadura*, esta condição lhes foi imposta. Cada estágio de suas vidas, seja enquanto *crianças tristes* ou *adultos confusos*, exala uma condição constante de *imposição*.

Quando refletimos sobre a dimensão do traumático, que, justamente pela dor, afeta e dificulta o narrar das testemunhas, devemos considerar que, mesmo que as testemunhas se entendam como *filhos da ditadura*, esta não é, em hipótese alguma, a única possibilidade identitária em questão. O *objeto do dizer* de um testemunho é confuso, múltiplo e heterogêneo não apenas porque a testemunha, incorporada ao horror e à angústia de um trauma, falha, mas porque o discurso é por excelência um espaço de projeções e identificações, um espaço de polifonia, ainda que em torno do *Eu*. Na travessia pelo traumático, na tentativa de aplacar uma angústia ou uma cena vivida, é bastante improvável que o sujeito não evoque um funcionamento particular de heterogeneidade enunciativa, como será desenvolvido mais adiante. Quando Marta tenta visualizar o que é *seu* e o que é da *história*, é visível que a testemunha, incapaz de identificar em si uma multiplicidade de possíveis vozes e espaços de enunciação, individuais e coletivos, passa a expor em seus dizeres

deslizaamentos quanto ao objeto do dizer. O que narra a testemunha? *A minha história? A nossa história? A história do meu pai? A história do Brasil? A história da democracia brasileira?*. Nenhuma resposta pode ser esboçada enquanto não questionarmos *quais* vozes narram.

II. A MINHA EXISTÊNCIA É A CAUSA DE UM POVO

Em muitos dos testemunhos selecionados, há uma alternância curiosa na maneira com que as testemunhas se referem aos seus pais. Às vezes, simplesmente como *pai* ou *mãe*. Outras, por seus respectivos nomes próprios.

TessaLacerda.E1: E, três dias depois, meu **pai** já estava assassinado.

TessaLacerda.E2: Durante a minha infância, eu me lembro de ter perguntado pra minha mãe, aos seis anos: “**mãe**, conta de novo a história de **Gildo**?”.

TessaLacerda.E3: A gente achou que deveria, mesmo com a Lei 9000.140, processar o Estado brasileiro pela morte de **Gildo**.

TessaLacerda.E4: Até os 18 anos, eu não tinha o nome do meu **pai** na certidão.

ÂngelaLucena.E1: Eu vi minha **mãe** muito torturada.

ÂngelaLucena.E2: Minha **mãe** começou a apanhar no momento em que meu **pai** foi morto.

ÂngelaLucena.E3: Não é fácil ser filha da **Damaris** e do **Doutor**.

O irmão de Ângela, Adilson, em nenhum momento sequer utiliza os sintagmas *pai* ou *mãe*.

AdilsonLucena.E1: Esta infância roubada que nós tivemos, por conta da ditadura, nós começamos a recuperar em Cuba, e com a ajuda da **Damaris**.

AdilsonLucena.E2: Pela primeira vez em vinte e tantos dias de cativeiro, nós vimos a **Damaris**.

AdilsonLucena.E3: E eles queriam, inclusive, algemar a **Damaris**, e ela fez o maior escarcéu.

Esta alternância referencial opera pelas vias da *metáfora*, pela substituição, ainda que inconsciente, de um significante por outro

significante. Como propõe Lacan ([1957] 1998), no caso metafórico, um efeito do *deslizamento* de sentido é a produção de novas significações. Aqui, nestes deslocamentos, buscamos nos atentar menos ao sintagmas grifados como meros *objetos* discursivos, mas como *marcas de subjetividade*, de *heterogeneidade enunciativa*, de *polifonia* do dizer. A emergência, na enunciação, de uma não regularidade em relação aos sintagmas de referência para *mãe* e *pai* expõe, no discurso, as diferentes maneiras de projeção do *Eu* (e de suas vozes) no dizer. Compreendemos, aqui, que alternar entre *pai* e *Gildo* escancara principalmente uma multiplicidade de *posições-sujeito* em disputa, isto é, de vozes e identidades heterogêneas, divergentes e contraditórias que se atravessam e se movem continuamente no fio testemunhal.

Pai e *mãe* emergem no dizer na medida em que o significante evoca e se alinha a memórias e redes de significação de infância, horror, saudade, incompletude, luto. Nomes próprios, por outro lado, projetam relação política, produzem distanciamento, e rompem com o *pré-construído*¹¹, o *já-aí* da interpelação ideológica, que reúne o saber básico de que a interlocução convencional *filhos-pais* dificilmente opera por nomes próprios. Retomamos, aqui, a suspeita básica de que há um embate de vozes, movido por uma tentativa de reconstituição subjetiva da infância e pela dimensão traumática do relato, que leva a um confronto não apenas entre uma criança ferida e um adulto confuso, mas entre adultos que, diante das ciladas do testemunho, narram uma história (e um episódio político) que se desencadeia em múltiplas outras (histórias e vozes), e que toca a todo momento a travessia política de uma nação.

Esta suspeita também se torna mais clara na medida em que notamos a dificuldade de as testemunhas se posicionarem e se manterem na primeira pessoa do singular.

¹¹ O que dizemos e escutamos “é sempre atravessado por algo que já foi dito, atravessado por um discurso anterior. [...] O discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, e são convocados por sua letra, sua materialidade” (Henry, 2013, online).

ÂngelaLucena.E4: Sempre que **a gente** fala desses assuntos, as pessoas têm uma tendência a achar que **filho de comunista** é amargurado, mal-humorado, irritadiço.

ÂngelaLucena.E5: **Somos** seres humanos como todos os outros.

ÂngelaLucena.E6: **Passamos** por um processo difícil, sem dúvida nenhuma, mas isso não **nos** tornou monstros e nem insensíveis.

ÂngelaLucena.E7: Porque sofrer também fazia parte da **nossa** história.

ÂngelaLucena.E8: Quem deu um golpe, rasgou a Constituição depois de um presidente democraticamente eleito **não fomos nós**.

ÂngelaLucena.E9: **Nós** apenas **nos** defendemos.

ÂngelaLucena.E10: O que **nós** queríamos, em nenhum momento **nós** provocamos uma situação que justificasse a violência da qual **nós fomos vítimas**.

DeniseLucena.E1: Eu acho que **a gente** tem que resgatar a história deste país, e **a gente** também também faz parte da história deste país.

CéliaCoqueiro.E1: O preço foi alto, mas hoje **nós ganhamos** a guerra moral.

CéliaCoqueiro.E2: **Nós** perdemos a guerra bélica, mas **ganhamos** a guerra moral.

CéliaCoqueiro.E3: **Nós, crianças**, que a ditadura **nos** tirou a infância, **nos** tirou metade da juventude, **nos** deixou com sequelas.

CéliaCoqueiro.E4: **Nos** tirou nossos pais guerreiros, militantes, tios, **nos** deu uma bagagem de vida, que poucos têm, porque **nós**, hoje, temos maturidade

CéliaCoqueiro.E5: **Nós**, essas **crianças**, acabamos amadurecendo à força, a ferro e fogo.

ErnestoCarvalho.E1: **A gente** continua tendo uma parte da nossa vida roubada.

É possível notar, nestes enunciados, um processo discursivo de *metonimização*. Como bem coloca Zoppi (2017, p. 68): “Há a representação de um laço metonímico que une as vozes/corpos que enunciam. Enunciação de um só *eu* multiplicado nas vidas sofridas e solitárias”. Estas testemunhas, que, durante a ditadura, por conta da tenra idade, sequer se envolveram diretamente na resistência armada ou em movimentos de agitação contra o regime civil-militar brasileiro, identificam-se não somente como agentes de um *coletivo* de resistência, mas também se assumem porta-vozes de uma luta política. O olhar sobre o passado de repressão e

resistência também traz projeções de um *futuro* em que estas vítimas seguem agentes de um coletivo político, o qual, por sua vez, exige justiça e reparação. Estes processos de identificação são não somente contraditórios, mas também vacilantes. Célia Coqueiro, em boa parte de seus enunciados, instaura um *nós* que vence a *guerra moral*, um *nós* que, portanto, não se restringe apenas a *filhos da ditadura*, mas reúne um coletivo amplo e inclusivo de *opositores da ditadura*. Em E3 e E5, no entanto, o *nós*, a posição de identificação de Célia, é o *nós, crianças* da ditadura.

CéliaCoqueiro.E3: Nós, **crianças**, que a ditadura **nos** tirou a infância, **nos** tirou metade da juventude, **nos** deixou com sequelas.

CéliaCoqueiro.E5: Nós, essas **crianças**, acabamos amadurecendo à força, a ferro e fogo.

Ângela Lucena, em E4, assume em seu dizer, e toma como posição de identificação, o coletivo *filhos de comunistas*. Esta *enunciação política*, no entanto, poucos enunciados depois, para Ângela e outras testemunhas, não resiste a certas determinações subjetivas, que se revelam a partir de *espasmos linguísticos* do *eu* na enunciação:

ÂngelaLucena.E11: Então, a **nossa história** e a **nossa inocência**, a **minha**, **particularmente**, aconteceu ali, naquele momento.

NãsaindyDeAraújo.E1: Então, realmente, **os filhos**, acredito que vivenciaram uma dificuldade de adaptação, de identidade, de autoconhecimento.

NãsaindyDeAraújo.E2: A **gente** tá **todo mundo** meio atrasado na vida; de alguma forma ou de outra **você** se atrasou.

NãsaindyDeAraújo.E3: Eu, **pelo menos**, me considero muito atrasada.

JoséRamos.E1: A **gente** sente, né, a **gente** evita falar das coisas dos pais.

JoséRamos.E2: Mas... a **gente**... é uma coisa que machuca, né, quando a **gente** fala, então a **gente** evita.

JoséRamos.E3: Os nossos pais estão sempre é... lutando por isso, sempre, vivendo isso, que a **gente** procura se afastar um pouco, **pelo menos** no **meu** caso.

JoséRamos.E4: Ah gente, vocês vão notar que a **gente** começa a falar dessa... a **gente** é muito emotivo, né.

JoséRamos.E5: A **gente** passou por troca de nomes, no **meu caso**, o nome permaneceu sempre o mesmo, mas o sobrenome mudava, né.

JoséRamos.E6: Eles [pais] são muito de buscar toda a informação possível, e a **gente** não, **eu** fico mais na minha.

JoséRamos.E7: É... então a **gente** sempre fica, **eu pelo menos**, né, como **criança**, evitando falar do passado.

JoséRamos.E8: Na verdade tem muitas histórias né, então assim, a história... dos psicólogos né, acho que **todo mundo**...

JoséRamos.E9: Mas, de novo, isso são coisas que **eu não lembro**¹² né, **pessoalmente**, e... talvez seja um mecanismo de defesa do meu corpo...

JoséRamos.E10: a minha mãe sempre falou: não, você teve ajuda psicológica em Cuba, até quando eu voltei pro Brasil conversei com psicólogo

Estes enunciados provocam reflexões necessárias. A incapacidade de permanecer na primeira pessoa do singular opera não somente a partir de uma *metonimização política*, que expõe um embate entre (a ilusão de) um *eu* e um *coletivo* político, mas funciona também como *mecanismo de elaboração* do trauma no fio testemunhal. É bastante angustiante para a testemunha ouvir suas próprias histórias e suportar a dor da cena vivida. É torturante para o sujeito e por vezes insuportável assumir o *eu* em sua enunciação, testemunhando e ouvindo sua própria travessia de horror. Neste sentido, o deslocamento (ou o retorno) para a primeira pessoa do singular é constantemente acompanhado por *recursos de incisão* (“no meu caso, pelo menos”, “a minha, particularmente”, “eu, pelo menos”), expondo no dizer não somente o inevitável atravessamento do *eu*, mas nos convidando a refletir em que medida esta possível heterogeneidade enunciativa, de um sujeito que enuncia como *coletivo* mas se deixa revelar — na materialidade linguístico-discursiva — por *espasmos* de primeira pessoa, não

¹² Manuais médico-psiquiátricos atribuem a casos semelhantes a definição de *amnésia dissociativa*, um transtorno dissociativo que provoca dificuldade ou incapacidade de recordar informações pessoais que - em contextos não-traumáticos - não seriam perdidas pelo esquecimento natural. Estes casos de perda de memória não estão vinculados a transtornos orgânicos, como AVC e degeneração cerebral, mas ocorrem geralmente de maneira parcial ou seletiva (Sargant & Slater, 1941), via repressão de memórias de angústia e horror, por exemplo.

opera na verdade como mecanismo testemunhal, como recurso para aplacar o sofrimento do trauma; um recurso que também *falha*, inevitavelmente.

Carmen Nakasu.E1: Eu admiro muito meus pais [pausa emocionada] por toda coragem [chora] de ter enfrentado tudo que eles enfrentaram e não ter tido, não ter, assim, desistido, até o final [chora], não ter matado ninguém [chora], ter resistido bravamente a todo tipo de tortura [pausa emocionada, enxuga as lágrimas] **por uma causa maior do que, assim, a minha existência, por exemplo, que é a causa de todo um povo.**

Este enunciado pertence a uma testemunha que parece lidar com a dimensão traumática não apenas da repressão, dos sequestros e das ameaças que sofreu enquanto criança, durante a ditadura, mas pela difícil constatação de que sua infância teria sido um mero elemento de um contexto amplo de resistência política, pela constatação, aliás, de uma *não-infância*, ou de uma *infância contra-hegemônica*¹³ (Katz, 2022). Leituras e releituras deste enunciado parecem trilhar um caminho que desemboca sempre em ambiguidade, sobretudo se explorarmos alguns movimentos *parafrásticos*. Um dos efeitos estruturantes de *esquecimento*, como percorremos teoricamente, é justamente a ilusão de que o que se diz pode significar apenas X e não Y. *Efeitos parafrásticos* subsistem, portanto, pelas vias do não-dito. As paráfrases nos permitem visualizar sintomas, indícios e marcas linguístico-discursivas do processo de produção de significação e de constituição subjetiva de um sujeito¹⁴. É a incidência do *discurso do Outro* em nosso próprio discurso.

¹³ Este conceito de Ilana Katz e discussões adjacentes têm sido valiosos para o campo da clínica psicanalítica, principalmente diante da literatura tradicional de uma perigosa e pouco produtiva universalização conceitual, social e política da concepção de *infância*. Propor parâmetros universais representa ideologicamente um movimento de produção de hegemonias descolado de uma realidade de infâncias profundamente distintas em termos de classe, gênero e cultura. Uma *infância contra-hegemônica* se constitui por exclusão, terror e instabilidade.

¹⁴ “Nessas condições, o confronto recíproco das formas variadas da superfície permite ao multiplicar a presença do discurso por ele mesmo, manifestar a

CarmenNakasu.E1: [...] ter resistido bravamente a todo tipo de tortura por uma causa maior do que, assim, a minha existência, por exemplo, que é a causa de todo um povo.

CarmenNakasu.P1: [...] ter resistido bravamente a todo tipo de tortura por uma causa que é maior que a minha existência, que é a causa de todo um povo.

CarmenNakasu.P2: [...] ter resistido bravamente a todo tipo de tortura pela causa de todo um povo, que é maior do que a minha existência.

CarmenNakasu.P3: [...] ter resistido bravamente a todo tipo de tortura pela causa de todo um povo, que é também a minha existência.

Este embate também pode ser observado em outros testemunhos.

TessaLacerda.E5: Eu li avidamente tudo que tinha, tudo que me chegou às mãos eu li, com exceção disso que, enfim, todo o resto estava aberto pra eu ler.

TessaLacerda.E6: Pra tentar reconstruir, então, Gildo [pai de Tessa], né, e a minha história.

TessaLacerda.P1: Pra tentar reconstruir Gildo, que é a minha história.

TessaLacerda.P2: Pra tentar reconstruir a história de Gildo, que é também a minha história.

TessaLacerda.P3: Pra tentar reconstruir a história de Gildo, logo, tentar reconstruir a minha história.

TessaLacerda.E7: Nem que eu quisesse eu poderia dar as costas pra história do meu pai, a história do Brasil, né.

TessaLacerda.P1: Nem que eu quisesse eu poderia dar as costas pra história do meu pai, que compõe a história do Brasil, né.

TessaLacerda.P2: Nem que eu quisesse eu poderia dar as costas pra história do meu pai, que é a história do Brasil, né.

Este embate de vozes (e de posições-sujeito) aponta a todo momento em que medida estas múltiplas identidades em disputa (e em contradição) expõem um gesto testemunhal em *movimento pendular* constante entre *subjetivação* e *objetificação*. A testemunha se vê em uma encruzilhada entre sua travessia pessoal que compõe,

estrutura invariante do processo de produção para um estado dado, estrutura esta cujas variações são o sintoma” (Pêcheux, [1969] 1993, p. 98).

atravessa e é atravessada pela travessia política da *democracia* brasileira.

ÂngelaLucena.E12: Não é fácil **você** ter uma história de dois heróis da nação brasileira.

ÂngelaLucena.E13: De você saber que pra **você** estar viva aqui, hoje, contando a nossa história, muita gente morreu.

ÂngelaLucena.E14: Pra que **você** tivesse aqui, hoje, quantas pessoas tiveram que dar a vida pra que a gente tivesse esta **democracia**?

ÂngelaLucena.E15: Nós temos muito claro o que **nós** queremos para o **nosso** país.

ÂngelaLucena.E16: Acho que **eu** falo **em nome** de **todos** os **filhos**.

ÂngelaLucena.E17: Nós queremos saber onde estão os **nostros** pais.

Os pais de Ângela não são desaparecidos políticos, mas o efeito de *porta-voz* de uma enunciação política, amparada à *memória discursiva*¹⁵ de uma ditadura militar que produziu desaparecidos políticos, persiste. A testemunha, em E12 e E13, ao deslocar “uma história de dois heróis da nação brasileira” para “a nossa história” (nós, filhos da ditadura?) expõe, pela contradição, a cadeia de significação que havíamos esboçado anteriormente, em movimentos parafrásticos. Mais do que a multiplicidade de *posições-sujeito* envolvidas, é possível visualizar uma forma de *projeção temporal*, comum em depoimentos ligados a episódios políticos, e que pressupõe uma luta ainda em andamento. A temporalidade em “quantas pessoas **tiveram** que dar a vida para que a gente **tivesse** esta democracia” para “nós **temos** muito claro o que nós **queremos** para o nosso país” e “nós **queremos** saber onde estão **nostros** filhos” expressa uma certa *performatividade* discursiva, que supõe um comprometimento do sujeito com uma ação *futura*, ainda que, pela ótica meramente formal da língua, estes verbos se configurem como *presente do indicativo*. Em um país como o Brasil, que jamais

¹⁵ “A *memória discursiva* seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux, 1999, p. 52).

se preocupou em oferecer políticas de reparação, indenização e julgamento em relação aos episódios mais infames de nossa travessia, a luta permanece contínua não apenas pela necessidade de continuidade de todo fazer político, mas pelas chagas e feridas entreabertas jamais reconhecidas ou elaboradas.

III. OS MEUS PAIS SÃO HERÓIS

O deslocamento do olhar para a *temporalidade* é importante para a ótica que aqui propomos sobre a incidência da *heterogeneidade enunciativa* no discurso testemunhal. Os depoimentos, principalmente os de testemunhas como Tessa Lacerda e Paulo de Miranda Sipahi Pires, foram bastante importantes para questionarmos a necessidade de compreender o *tempo* sob a instância do trauma. Tessa, como brevemente explorado anteriormente, é filha de Gildo Macedo Lacerda, que pertencia à Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Gildo foi torturado e morto em outubro de 1973. Na época, o Estado, junto de veículos de imprensa, montou uma farsa para justificar sua morte, afirmando que Gildo havia sido morto em um tiroteio no centro de Recife. Miranda, seu companheiro de cela e de militância, relatou que foi comunicado da morte de Gildo por um dos torturadores que dava surras e choques em suas genitálias no período em que esteve no DOI-CODI Recife. Os restos mortais de Gildo nunca foram entregues à família. Tessa jamais pôde sepultar seu pai.

A possibilidade de elaboração do *luto* exige, em um primeiro momento, que o indivíduo enlutado *constate* a perda. Os rituais fúnebres são importantes para que o enlutado seja capaz de atravessar este momento, oferecendo uma possibilidade de socialização da dor e de elaboração da passagem para a morte. Durante a ditadura civil-militar brasileira, em meio a desaparecimentos e assassinatos políticos que permanecem há décadas sem resolução, o cenário de *morte sem corpo* e sem ritos de passagem impediu a vivência do luto. O destino dos desaparecidos políticos caiu na vala comum dos segredos de Estado, condenando

filhos e familiares a uma memória sem respostas. A ausência do corpo faz de um desaparecido um enigma sem sentido, um *morto-vivo*, nem presente, nem ausente. Se não há vestígios, nem respostas, também não há a possibilidade de realização da perda.

A reverência aos mortos e a rejeição em abandoná-los é um elemento de muitas culturas. Na língua indígena *kaingang*, pertencente ao tronco linguístico *macro-jê*, um conceito fundamental para se referir à terra (*nga*) é *aldeia dos mortos* (*vênh kuorĩg jamâ*), o que, por sua vez, implica *cemitério* (*vênh kej*). Para a comunidade, o que os mantém irremediavelmente ligados à terra é a memória de que nela estão enterrados os seus mortos, e junto dos quais seus umbigos serão enterrados um dia. Para os *kaiowás*, o apego à terra carrega uma conotação semelhante. Quando um indivíduo morre, seu corpo se converte em pó, misturando-se à terra. O morto se torna, essencialmente, uma parte da terra: “Ele morre, e fica aí, se mistura com a terra. O corpo vira pó, a poeira, o material, por isso que ele nunca desaparece, faz parte daquela área, daquele território. O corpo faz parte do terreno mesmo” (Moraes, 2015, p. 213). A relação entre os *kaiowás* e seus mortos é fortalecida pela terra, visto que, a partir dela, constrói-se uma percepção de que aqueles que se foram permanecem junto a nós. É comum que os *kaiowás* não apenas visitem frequentemente as sepulturas, como toquem e carreguem seus ossos. A sacralidade dos mortos não gera necessariamente um distanciamento em relação aos lugares em que repousam. Os *kaiowás*, na verdade, lutam ardentemente pelo direito de cuidar dos mortos.

Tessa e outras muitas famílias vítimas do regime civil-militar brasileiro ainda lutam pelo direito básico de sepultar seus mortos.

TessaLacerda.E8: Então saber racionalmente que é impossível isso não adianta.

TessaLacerda.E9: Eu quero levar meus filhos, por mais estranho que isso possa parecer, e dizer “olha, seu **avô** tá aqui”.

O não sepultamento, e, em efeito, a impossibilidade de realizar propriamente a elaboração de luto gera efeitos difíceis para a

subjetividade do sujeito enlutado. Há uma *fratura da perda* (Lacan, 1950, apud Allouch, [1995] 2004, p. 366) que se configura por um tormento produzido pelo *vazio* imposto a estas vítimas. Se é realmente difícil definir o que se perde quando se instaura o luto, é, por outro lado, bastante evidente que um *pedaço de si*¹⁶ (Allouch, [1995] 2004) se vai junto àquele que morre, produzindo *estilhaçamento*. Em enunciados aqui destacados, Tessa já admitia tentar reconstruir a história de seu pai como tentativa de reorganizar-se em relação a si própria. Ao testemunhar, nas mesas da Comissão da Verdade, a travessia de horror, angústia e frustração de ser *filha da ditadura*, Tessa manifesta, pela palavra, a inscrição de um trauma em uma *criança* que jamais deixa de se presentificar e irromper no dizer de Tessa, adulta.

TessaLacerda.E10: Tudo bem, **a gente** tem a informação, racionalmente **a gente** sabe, então, que a possibilidade de identificação por meio de exames de DNA é mínima.

TessaLacerda.E11: **A gente** sabe disso, mas esse saber não tira a dor **daquela criança** que **queria falar** “Não! Eu sei que não dá [começa a chorar] mas eu quero enterrar meu pai!”.

TessaLacerda.E12: Então, o máximo que eu posso fazer é... dizer pra mim mesma “tá bom, **meu pai** tá morto”, mas não dá pra eu dizer “**você** nunca vai ter o corpo, nem túmulo [volta a chorar bastante], nem jamais vai ter direito de fazer o luto de maneira decente”.

TessaLacerda.E13: Isso eu não aceito, não dá, não dá...

TessaLacerda.E14: Mas eu queria que [pausa e pensa], **aí é a criança que tá dizendo**, eu queria enterrar **meu pai** [bastante emocionada].

Nos testemunhos de Paulo de Miranda Sipahi Pires, também é possível notar a irrupção da *criança* em seu dizer.

PauloPires.E1: A minha grande questão, a minha grande exigência ao Estado é que, assim, como **eu era uma criança** e meus **pais** tavam presos, da forma como **uma criança** consegue entender isso, eles eram **bandidos**.

¹⁶ Este *si* não opera em Allouch ([1995] 2004) como sinônimo de *eu/mim* ou *tu/ti*, mas como aquilo que pertence, ao mesmo tempo, ao *eu* e ao *morto* e a nenhum dos dois. O *si* se situa em um local de enlace e indefinição entre sujeito e objeto.

PauloPires.E2: Portanto, a minha exigência ao Estado é que de alguma forma digam: **“Não, eles não são bandidos, na verdade eles são heróis”** [ri, constrangido].

PauloPires.E3: E estou me reportando ao **Paulo** aos **seis anos** de idade.

PauloPires.E4: Isso que **eu** vivi, de **me** sentir um **bandido**, **a gente** levava pra nossa vida.

PauloPires.E5: Essa questão que eu coloquei agora mesmo, enquanto eu não me sentir amparado de dizer **“Não, você não é um bandido, porque seus pais não são bandidos”**, fica muito difícil viver.

Tanto no testemunho de Tessa quanto no de Paulo, esta constatação de que seus dizeres foram (linguístico-discursivamente) atravessados pela criança ocorre por uma via de constrangimento. Tessa interrompe-se, pausa sua fala por alguns segundos, e admite *“aí é a criança que tá dizendo”*. Paulo constata este atravessamento após enunciar, e ri, constrangido. Nestes casos, é até possível pensar em uma heterogeneidade enunciativa *marcada*, na concepção convencional de Authier-Revuz, mas isto não implicaria uma agência do sujeito sobre seu dizer. *“Eu quero enterrar meu pai”* e *“Eu quero que o Estado me diga que meus pais são heróis”* são enunciados que, na medida em que se repetem insistentemente no dizer das testemunhas, revelam que a questão não é apenas uma exigência política ao Estado brasileiro, mas uma *necessidade* para *filhos da ditadura* conseguirem visualizar alguma continuidade menos cruel às suas vidas. Compreendemos, aqui, que este ciclo contínuo de não resolução e de não reparação produz um espaço ainda mais fértil para a incidência da heterogeneidade enunciativa no discurso testemunhal. Os agora *adultos da ditadura* em momento algum conseguem se desvencilhar totalmente como *crianças da ditadura*, não somente pelo atravessamento histórico que os acompanha, mas pela persistência de horrores que incidiram sobre eles *crianças* e que permanecem transitando, como sombras que jamais se decompõem.

4. HETEROGENEIDADE TEMPO-ENUNCIATIVA

Se o horror não se subtrai com o tempo em meio a um *passado* que insiste em se fazer *presente*, e diante, nos testemunhos, de uma multiplicidade de vozes infantis e adultas, individuais e coletivas que atravessam o dizer de uma mesma vítima, as feridas do trauma se materializam nos limiares da enunciação, e jamais chegam a realmente se converter em passado. Compreendemos, aqui, que nem mesmo o sujeito da enunciação, a vítima, a testemunha, experimenta alguma fronteira, ainda que turva, entre passado, presente e futuro. Esta linha de análise também advém de um breve percurso realizado sobre alguns escritos de Maingueneau em relação ao conceito de *cenografia discursiva*.

Maingueneau formula as *instâncias da enunciação* a partir de *lugares*, isto é, posições em que cada indivíduo pode e deve ocupar para se constituir como sujeito do discurso (fundamentação que nos aproxima bastante das noções pecheutianas de *formação discursiva*). Associado à noção de lugar, está também o fator *tempo*. Segundo Maingueneau: “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado” (1997, p. 33). Temos, em Maingueneau, não apenas formações discursivas (*dêixis fundadoras*), mas uma cenografia de formações discursivas (*dêixis discursivas*). Toda *dêixis* discursiva necessita de uma *dêixis* fundadora que lhe forneça validade para o seu próprio funcionamento.

Neste sentido, avançando em sua concepção de *cenografia discursiva*, amparada sempre à noção de um sujeito que não pertence a si mesmo, Maingueneau pensa o discurso — no momento da enunciação — completamente indissociável da *cronografia* e da *topografia*. Supor que estas operariam apenas como mero *pano de fundo* implicaria adotar como gesto analítico um deslocamento apenas para os *ditos*, e não para o *dizer*. Seria supor,

aliás, que a análise de enunciados se dirige a um produto concreto, encerrado em si mesmo. Por isso, ainda que, aqui, não apliquemos rigorosamente os preceitos teórico-organizacionais de Maingueneau, não deixa de ser inquietante (e necessário) deslocar o olhar para os testemunhos selecionados, e questionar em que medida cada testemunha se constitui (cronograficamente) de múltiplas formas enquanto sujeito quando se coloca em cena, em um mesmo testemunho, durante uma Comissão de Infâncias Roubadas. É ainda mais inquietante perceber que, nestas formações testemunhais, é difícil até mesmo visualizar uma cronografia.

Em um gesto de análise puramente objetivista (ou rigorosamente semanticista), seria razoavelmente simples apontar questões técnicas e jurídicas para a cronografia de uma Comissão direcionada a violações aos Direitos Humanos praticadas durante o regime civil-militar brasileiro, mas, como bem sugere Pêcheux, ao propor que analista *tome partido pela imbecilidade*, seria ingênuo e pouco produtivo nos ampararmos meramente ao *presente linguístico*, somente ao *formal* da língua, como se assim fosse possível observar, na heterogeneidade enunciativa de um discurso testemunhal, a dificuldade de a testemunha situar temporalmente não apenas aquilo que está a narrar, mas ela própria, sujeito em cena, enunciando histórias que se recusam a se converter em passado.

O documentário *Vidas Barradas*, produzido pela Clara Digital e pela Comissão Internacional de Juristas Independentes, dá voz a sobreviventes e familiares de vítimas do rompimento da Barragem de Brumadinho-MG. A obra, tanto textual quanto imageticamente, reflete de que maneira, principalmente em razão da impunidade e das poucas providências tomadas anos após o *desastre-crime*¹⁷, a lama permanece escorrendo não só por ruas, escolas e estradas,

¹⁷ O *modus operandi* de extração mineral no Brasil é criminoso, e há décadas opera sob falta de fiscalização e em desalinhamento com normas de segurança internacionais (Bechler, 2019). A tragédia em Brumadinho não se configura apenas como *desastre*, mas atende às prerrogativas de um *crime*. A Vale possuía conhecimento das condições alarmantes em que operava a barragem, e estava ciente de que não haveria nem ao menos chances de fuga em caso de rompimento.

como pela mente de cada indivíduo envolvido. Em um dos testemunhos, um dos familiares das vítimas afirma que a angústia e o horror se manifestam principalmente pela sensação de — *todos os dias* — dormir e acordar no dia 25 de janeiro de 2019 (data do rompimento da barragem). Compreendemos que, tanto neste caso quanto em relação aos *filhos da ditadura*, a impunidade e a impossibilidade de realização do trabalho de luto tornam ainda mais difícil para a testemunha traçar alguma fronteira entre passado, presente e futuro.

No curta-metragem de ficção científica francês *La Jetée*, de Chris Marker, o *tempo* não opera em linha linear, mas funciona em um entrelaçamento entre passado, presente e futuro¹⁸. A obra, que, aqui, em nosso recorte, nos interessa mais por sua narrativa do que por sua mobilização simbólico-imagética, narra, a partir de uma interlocução entre fotografia e prosa, a história de um sobrevivente da Terceira Guerra Mundial, que vive como prisioneiro nas masmorras de uma Paris destruída. Cientistas o escolhem para fazer parte de um experimento de viagem no tempo por conta de sua obsessão com uma imagem de seu passado. Trata-se da história de *um homem marcado por uma imagem de infância*.

¹⁸ “Não apenas a ficção científica não se opõe mais ao real, mas parece às vezes estar colocando em evidência fundamentos sociais da existência contemporânea. A apropriação dos imaginários que organizam as orientações coletivas futuras encontra na ficção científica um caminho mais fácil de desenvolvimento e de projeção em uma trama social. A ficção científica experimenta os cenários do futuro próximo e já esclarece os processos em jogo no presente” (Le Breton, 2003, p. 161). A cineasta palestina Larissa Sansour, por exemplo, utiliza-se da ficção científica para tensionar divisões imaginárias entre real e ficção. A partir de atmosferas futuristas, Sansour explora a distopia da experiência palestina sob cerco, ocupação e expropriação sionistas. Indicamos, entre tantas produções brilhantes de Sansour, *In Vitro*, *Nation Estate*, *A Space Exodus* e *In The Future*.

Ceci est l'histoire d'un homme
marqué par une image d'enfance.

[01:58]

O *espaço* em que se desenrolam os principais acontecimentos narrativos deste curta vincula-se à paisagem de uma plataforma no Aeroporto de Orly (Paris), pouco antes da Terceira Guerra Mundial.



[00:50]

Famílias costumavam levar suas crianças para observar os aviões. O personagem, adulto, tentava se lembrar do rosto de uma mulher, a única imagem — de sua infância e de um tempo de paz — que havia sobrevivido à guerra. E questionava-se se ele

realmente teria a visto ou se teria somente inventado este momento para se proteger do medo que se aproximava.



[02:29]



[02:42]

Recordou-se de um súbito estrondo.



[03:10]

Confuso, o personagem constatou, em sua memória, que havia visto um homem morrer.



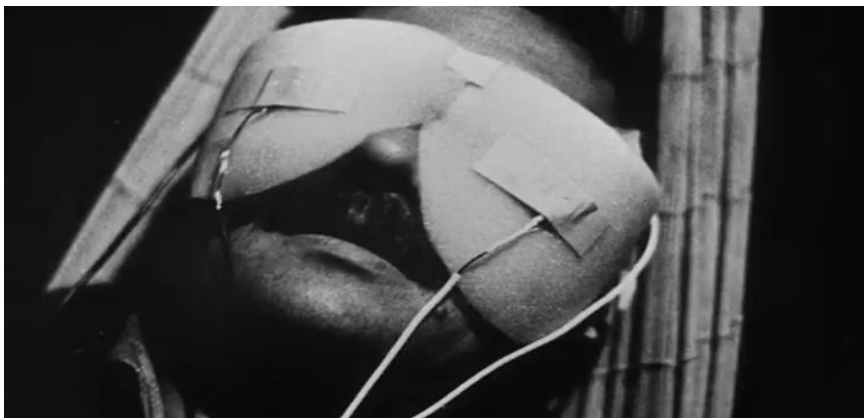
[03:17]

Anos depois, iniciou-se a Terceira Guerra Mundial, e a cidade de Paris foi totalmente destruída.



[03:28]

Muitos morreram, muitos foram feitos prisioneiros. Os vencedores realizavam experimentos em locais subterrâneos de Paris. O personagem foi um dos escolhidos por conta de sua obsessão com uma imagem de sua infância naquele domingo ensolarado, na plataforma do aeroporto. O cenário era aterrador: a raça humana estava condenada, o *espaço* estava proibido. A única esperança de sobrevivência estava no *tempo*, uma dimensão na qual seria possível viajar e se deslocar em busca de alimentos, medicamentos, fontes de energia. O propósito das experiências era enviar emissários através do *tempo* para convocar o passado e o futuro em benefício do presente.



[08:53]

O processo de experimentação era bastante doloroso. Ao passar do dias, começavam a surgir imagens, direções, confissões. O personagem começou a caminhar pelo passado, observou crianças, animais, campos. Não era evidente se as imagens eram observações, memórias ou somente devaneios.



[11:14]



[11:30]

Ao trigésimo dia, o personagem encontrou a mulher cuja imagem persistia obsessivamente em sua memória. Entre viagens e retornos ao *passado*, controladas por injeções de *ondas de tempo*, o

personagem, em intervalos, caminhava pela cidade com esta mulher, percorrendo museus, jardins e o próprio Terminal de Orly.



[13:18]



[18:40]

Após muitos encontros, o personagem retornou — temporalmente — à sala de experiências, e percebeu que algo havia mudado. Diante do sucesso de experiências com o passado, agora queriam lhe enviar para o futuro. Após dolorosas tentativas, *ondas de futuro* foram capturadas, e o personagem viajou para um novo planeta, uma Paris reconstruída. Os habitantes do futuro lhe deram uma unidade de energia com poder suficiente para reativar a

indústria humana, e se propuseram também a aceitá-lo. Mas seu desejo era outro: em vez de um futuro pacífico, desejava retornar ao tempo de sua infância, e à mulher que talvez estivesse à sua espera.

Seu pedido foi acatado. Novamente no Terminal de Orly, em uma calorosa tarde de domingo, o personagem, *adulto*, deu-se conta de que o *menino* que ele havia sido estava ali também, a um só tempo, observando os aviões.

Mas seu primeiro instinto foi correr em busca da mulher de suas recordações.



[27:20]

De repente, enquanto corria em direção à mulher, o personagem reconheceu, no meio de seu caminho, o homem dos laboratórios subterrâneos.



[27:35]

Em instantes, o personagem compreendeu que não havia maneira de contornar o tempo, e que este momento que havia observado enquanto criança, e que sempre o assombrou e perseguiu, era na verdade o momento de sua própria morte.



[27:42]

O curta opera por vias de *rememoração*. É possível visualizar *traços testemunhais* na maneira com que o personagem lida com suas próprias recordações, sobretudo em relação às incertezas entre o que é *acontecimento* e o que é devaneio. Primo Levi (1988, p. 105) dizia: “Hoje – neste hoje verdadeiro, enquanto estou sentado frente

a uma mesa, escrevendo – hoje eu mesmo não estou certo de que esses fatos tenham realmente acontecido”. No curta, o *presente* comanda não apenas uma viagem no tempo, mas comanda o próprio personagem-sujeito, que em momento algum situa-se temporalmente a partir de si, em agência de si. Esta linha de reflexão é bastante importante para a compreensão que aqui esboçamos de uma articulação entre *heterogeneidade enunciativa* e *temporalidade* no discurso testemunhal. Este percurso assume a compreensão básica de que o trauma não deve, em nenhuma circunstância, ser pensado como *experiência passada*. A testemunha não se coloca a narrar a partir do passado, mas a partir de uma angústia, incompreensão ou frustração que se presentifica, indiferentemente aos passar do anos. Trata-se de uma *queixa* que permanece como *ordem*.

O trauma opera justamente a partir de um *achatoamento temporal*, de um evento que gera efeitos de devastação contínuos. Em um processo de leitura e análise sobre testemunhos, o tempo deve ser tomado como uma instância *não-cronológica*. Como analisamos em testemunhos do Seminário Verdade e Infância Roubada, não há um tempo plenamente lógico para o trauma, nem para quem se propõe a narrá-lo. Edward Said, em *After the Last Sky: Palestinian lives* (1999), reflete sobre a trágica percepção de tempo palestina sob Ocupação militar sionista, que nega o passado, enclausura o presente e mantém incerto (e *impossível*) o futuro. A cenografia de um dizer atravessado pela instância de um trauma está necessariamente vinculada a um *tempo perturbado*. É um tempo em constante desarranjo.

Justamente a partir da ideia de um *après-coup*, de um *a posteriori*, devemos considerar que a *interpretação* sobre os eventos vinculados ao trauma também é *não-cronológica*. Esta linha de compreensão propõe que a enunciação não necessariamente organiza o tempo, mas se imprime nele de múltiplas maneiras a partir da *heterogeneidade enunciativa*. Se retomarmos, no latim, as *lexias tempus* e *aevum*, entendemos *aevum* como um tempo contínuo, e *tempus* como um tempo marcado. Pensamos, a partir de

Orlandi (1992), *aevum* como o continuum significante (não-cronológico) do silêncio — condição básica para o dizer (e espaço, por excelência, de contradição entre o *eu* e o *múltiplo*), e *tempus* como a impressão, no dizer, do enunciado, do significante, ainda que isto não necessariamente organize cronologicamente o tempo.

Deleuze (1985, p. 122, grifos nossos) reflete:

‘somos constituídos como memória, somos *a um só tempo a infância, a adolescência, a velhice e a maturidade*’. O que acontece quando procuramos uma lembrança? Precisamos nos instalar no **passado em geral**, depois temos de escolher entre as regiões: em qual delas acreditamos estar escondida a lembrança, encolhida, esperando por nós, se esquivando? (Será um amigo de infância ou de juventude, da escola ou do serviço militar...?).

E complementa (p. 122-123, grifo nosso): “Tais são os caracteres paradoxais de um tempo não cronológico: a preexistência de um passado em geral, **a coexistência de todos os lençóis do passado**, a existência de um grau mais contraído”. A subjetividade se configura a partir do *tempo*, e somos também nós interiores ao tempo, no qual viajamos e transitamos inconscientemente. Se as múltiplas vozes, que se presentificam, operam como *efeitos* do traumático, como possíveis mecanismos de afastamento (de si e da dor), ou como efeitos de elaboração de confusões identitárias, há um furo sobre o *real*, uma tentativa de inscrição (*tempus*) no *aevum* quando a testemunha se propõe a narrar, que gera, como efeito (e *falha*), a emergência da heterogeneidade enunciativa. A testemunha é uma *cobaia do tempo*, que manifesta a heterogeneidade enunciativa justamente enquanto transita inconscientemente no continuum não-linear de passado, presente e futuro. Às vezes é a criança, às vezes é o adulto, às vezes é um indivíduo assombrado por memórias de infância, às vezes é um coletivo em temor político pelo amanhã. Em *La Jetée*, há um passado no qual o protagonista é menino e adulto. Nas mesas da Comissão da Verdade, meninos e adultos também enunciam juntos.

Os relatos são próprios de uma condição em que o sujeito se embaraça com seu próprio inconsciente, e, diante destas ciladas,

múltiplas vozes tentam romper o *silêncio* frente à impossibilidade do dizer, fragmentando-o ainda mais. A testemunha tenta, a todo custo, reorganizar-se identitariamente, e também distanciar-se de si mesma e das condições dolorosas que o trauma lhe impõe, revelando, inconsciente e contraditoriamente, a multiplicidade de vozes que a compõem. Este percurso de reflexão tem nos encaminhado para um ideal de *heterogeneidade tempo-enunciativa*, compreendendo a irrupção do *Outro* no fio testemunhal como um evento necessariamente vinculado ao *tempo perturbado*, à temporalidade não-cronológica do trauma. Quando a testemunha se apresenta a narrar, ela deve organizar, ainda que inconscientemente, os *estilhaços* de tempo.

5. MÁRTIRES DO TEMPO

A linguagem, escandalizada pelas agonias de um trauma, é *faltante*, mas não é falta. Talvez seja justamente isto que torne possível este trabalho. O que compreendemos como um *invisível* ou uma *ausência* está estruturalmente inscrito “nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um ‘desejo’, no jogo variável das **formas que permutam o presente com o passado e o futuro** [...]” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 8, grifo nosso). A proposta por uma construção de uma noção de *heterogeneidade tempo-enunciativa* é aqui não um ponto de chegada, mas um prelúdio para uma discussão teórica também faltante. A criança que persiste no adulto coloca em suspensão a própria noção de *infância*, e inflama o infante que habita o sujeito para além de sua idade cronológica. Esta pesquisa nasce, entre muitas inquietações, pela inquietação básica de que pouco havia sido questionado sobre as possíveis *vozes* de uma mesma testemunha que se inscreve materialmente na língua. Este percurso tem nos apontado que talvez não seja possível pensar em vozes, em enunciação e em heterogeneidade sem pensar em *tempo*.

Nas circunstâncias em que este trabalho foi escrito, pensar em *tempo* também aponta para um certo cinismo. Em grego, a palavra *testemunho* está ligada à expressão *martyria*, que, por sua vez, encontra correlato em *martyrs*, da qual precede, em língua portuguesa, *mártir*. Em árabe, *mártir* é *shaheed*. E *shaheed* é *testemunha*. *Al-shuhada* — os mártires — *testemunharam* massacres, carnificinas, extermínios. Os mártires viram, conheceram a injustiça. Nas mãos dos injustos se tornaram mártires. Em língua árabe, grega ou portuguesa, as extensões semântico-discursivas desta lexia nos permitem compreender que não é somente a morte que produz mártires.

Se os *filhos da ditadura* viveram o martírio nas mesas da Comissão da Verdade, não haveria algo a ser questionado sobre a

temporalidade deste nosso trabalho? E o que aqui pressupomos sobre esta *temporalidade*? Se esta pesquisa se ampara a um comprometimento político com mortos, órfãos e torturados, não é facilmente possível deduzirmos que este texto também não segue lógica cronológica alguma?

Nos últimos cinquenta dias, o Estado de Israel assassinou pelo menos sete mil crianças palestinas, — há outras centenas soterradas sob escombros¹⁹. Há mais de sete décadas, dezenas são assassinadas semanalmente em um projeto de limpeza étnica contínuo (Masalha, 2012; Zupan, 2014). Na Síria, o número de crianças mortas somado ao número total de civis ultrapassa meio milhão²⁰. Nas favelas brasileiras, a taxa de crianças assassinadas por unidades de polícia do Estado por vezes tangencia taxas de fatalidades em zonas de guerra (Farias, 2014; Magalhães, 2021). Os instrumentos técnicos e bélicos de opressão e extermínio são internacionalizados. O sangue de nossas crianças derramado durante o regime civil-militar brasileiro se escorre — indiferentemente ao passar dos anos — junto ao sangue de palestinos, sírios, congoleses, negros, indígenas brasileiros. A cada gota de sangue derramado, nossos meios de comunicação tradicionais se apressam para relativizar nossos morticínios. *“Confronto entre criminosos e agentes de Estado”, “confronto entre delinquentes e militares”, “confronto entre terroristas e soldados”*. Se por

¹⁹ Dados da entidade internacional Save The Children, criada após a 1ª Guerra Mundial. Atualmente, a organização atua em diferentes partes do mundo. Informações, atualizações e campanhas de doação estão disponíveis em <https://www.savethechildren.org> (Acesso em: 25 de novembro de 2023). Talvez o leitor se assuste quando se confrontar com o número de mortos de seu próprio presente. Desde 2021, organizações proeminentes de Direitos Humanos, como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, definem Israel como um Estado de apartheid.

²⁰ Números estimados das Nações Unidas, disponíveis em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-58664859> (Acesso em: 18 de novembro de 2023). O *Syrian Observatory For Human Rights* estima mais de seiscentos mil mortos, dados disponíveis em <https://www.syriaahr.com/en/217360/> (Acesso em: 18 de novembro de 2023).

muito tempo *anônimo* foi o nome de uma mulher, *criminoso*, *delinquente* e *terrorista* seguem nomes de crianças.

Como bem aponta a socióloga Berenice Bento (2018), uma das características de um colonizador (ou dominador) é esvaziar o colonizado (e dominado) de qualquer resquício de humanidade. Se nossas estruturas de poder não reconhecem *infância* nos corpos de crianças que assassinam, encarceram e torturam, estas estruturas essencialmente nos dizem que qualquer um destes indivíduos já nasce um criminoso, um alvo. A etimologia de *infância* está vinculada ao latim *fan* (falante) de *fari* (falar), antecedido pelo prefixo de negação *in*. A criança seria um *infans*, um não-falante, — o dizer de uma criança seria inarticulado, desarranjado, ilegítimo. Esta *mudez* etimológica imposta às crianças ainda persiste, sobretudo para crianças não-brancas, como *mudez* política e institucional.

Se neste trabalho o sintagma *crianças da ditadura* se inscreve tão recorrentemente quanto *filhos da ditadura*, se não somente o trauma como também a impunidade desorganiza e destroça qualquer lógica de organização temporal, a *infância*, então, não se configura somente pela imposição de um *passado* de horror que persiste e que *não cessa* de ser horror. A infância é também uma promessa de *futuro*. É uma *dívida do tempo*.

6. REFERÊNCIAS

ALLOUCH, Jean. **Erótica do luto no tempo da morte seca**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, (1995) 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Trad. Celene M. Cruz e João W. Geraldi. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 19, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade. Um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDICPUS, 2004.

BECHLER, Reinaldo Guilherme. **(Des)caminhos da mineração em Brumadinho: presente, passados e futuros**. Tempo e Argumento,, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. Trad. S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. Obras escolhidas. Vol. 1.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. v. 1: magia e técnica, arte e política.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral - volume I**. Campinas: Pontes, 2005.

BENTO, Berenice. **Israel e o roubo da infância palestina**. Revista Cult, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/israel-e-o-roubo-da-infancia-palestina/#:~:text=Quando%20Israel>

%20não%20reconhece%20a,e%20velhice)%20são%20atributos
%20humanos. Acesso em: 15 de novembro 2023.

BRASIL. A criação da Comissão Nacional da Verdade. In: BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 20. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

BRUST, Viviane Teresinha Biacchi; PETRI, Verli. **O que quer, o que pode um discurso? O que quer, o que pode esta foto?**. RUA [online]. 2013, no. 19. Volume 1.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Letras Contemporâneas, 2010.

DELEUZE, Gilles. **A Imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1985 – (Cinema 2).

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Ensaio, 1993.

FARIAS, Juliana. (2014). **Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro.

FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana lost. **Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos**

metodológicos da Análise do Discurso. DOSSIÊ OS ESTUDOS PÊCHEUTIANOS HOJE, Artigos de Pesquisa. Ling. (dis)curso 19 (1). Jan-Apr 2019.

FERREIRA, Isaías; ROSA, Miriam Debieux. **Acontecimento e ato: reflexões da psicanálise sobre as repercussões de Maio de 1968.** Psicologia USP. 2021.

FREUD, Sigmund. (1901) **Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana.** in: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1987.

FREUD, Sigmund. **Uma dificuldade no caminho da psicanálise** (1917). In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (1917-1918). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 147-153. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17).

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística.** Campinas: RG, 2010.

GASPARINI, Edmundo Narracci. **Língua e *lalangue* na Análise de Discurso de Michel Pêcheux.** 2010. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2010.

GILLIAM, Terry (Dir.). **As aventuras do Barão de Münchhausen.** 1988.

GINZBURG, J. **Linguagem e trauma na escrita do testemunho.** Revista Conexão Letras, Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2008.

GOYA, Francisco. **O sono da razão produz monstros.** 1799. Gravura, água-tinta em papel vegetal. 306 x 201 mm.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. **A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso**. Tradução de Roberto L. Baronas e Fábio C. Montanheiro. Linguagem, São Carlos, n. 3, out./nov. 2008 [1971].

HENRY, Paul. 2017. **Paul Henry – Análise de Discurso: alguns conceitos/Analyse du Discours: quelques concepts**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nO3lF7v7qHg>. Acesso em: 5 de setembro de 2023.

KATZ, I. 2022. **“Infâncias contra hegemônicas para descolonizar a psicanálise”**, in: O mundo e o resto do mundo: antíteses psicanalíticas. GUERRA, A. (org). N-1 edições.

LACAN, J. (1998). **A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud**. In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto originalmente publicado em 1957).

LACAN, J. **Meu ensino**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LEITE, Nina. **Psicanálise e Análise de Discurso: o acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LE GUEN, C. (1982). **L'après-coup**. *Revue Française de Psychanalyse*, 46(3),527-534.

MAGALHÃES, Alexandre. **A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro**. Revista brasileira de Ciências Sociais - Vol. 36 Nº 106, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/4CqxyjC7QmhBHRc3cr6TMzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de novembro 2023.

MAINGUENEAU, Dominique (1987). **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Tradução: Freda Indursky. Campinas: Pontes; Ed. da Unicamp, 1997.

MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. (2011) **“Eu quero ser feliz”: o sujeito, seus desejos e a ideologia**. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO.

MARKER, Chris. **La jetée**. Comunicação cinema. 1996

MASALHA, Nur. **The Palestine Nakba Decolonising History, Narrating the Subaltern, Reclaiming Memory**. London, Zed Books, 2012.

MORAIS, B. M. **Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni. **A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica**. Revista eletrônica de jornalismo científico. Com ciência - SBPC/Labjor, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso - Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **“Delimitações, inversões, deslocamentos”**. Caderno de estudos linguístico, Campinas, Unicamp, n. 19, p. 07-24, [1982] 1990.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Edunicamp, 1988. 317 p. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. (1999). "**Papel da memória**". Em: Achard, P. *et al.* *Papel da memória* (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes.

PRETI, D. (Org. 1999). **Análise de Textos Orais**. São Paulo: FFLCH/USP.

SAID, Edward. "**After the Last Sky**": Palestinian lives. Nova Iorque: Columbia University Press, 1999.

SARGANT, W. & SLATER, E. (1941). "**Amnesic syndromes in war**". Journal of the Royal Society of Medicine.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O testemunho na era biopolítica - Reflexões sobre a exclusão, a violência e a vida nua**. ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, [S.l.], n. 2, p. 121-140, 2017.

ZUPAN, Will. Al-Nakba: **An Analysis of the Historical and Contemporary Israeli Ethnic Cleansing of Palestine**. Historical Perspectives: Santa Clara Undergraduate Journal of History, Series II, Vol. 19, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/4CqxyjC7QmhBHRC3cr6TMzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

**A cada capítulo, as projeções
imaginárias no dizer nos
direcionam não apenas para
dúvidas sobre o Eu, sobre a
polifonia, sobre a
heterogeneidade
enunciativa, mas nos
escancaram lacunas sobre
nossas próprias
compreensões de tempo.**